

3. Um projeto de capitalismo democrático

“As modernas democracias são o coroamento da evolução das forças que vimos de delinear. Nelas os centros de decisão mais significativos estão nas mãos das classes capitalistas, detentora dos bens de produção. Contudo, o dinamismo dessas sociedades depende em última instância das aspirações e da agressividade das massas trabalhadoras”.⁷²

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o conceito de democracia nas obras selecionadas de Celso Furtado. Ele será dividido em duas partes, porém o argumento central comum perpassará toda a narrativa, diga-se: a busca pela formulação de um “projeto de capitalismo democrático” em duas de suas obras do início dos anos 1960 – “A Pré-Revolução Brasileira” (1962) e “Dialética do Desenvolvimento” (1964).

A primeira parte - “Uma crítica ao processo desenvolvimento brasileiro: em busca do desenvolvimento social” - pretende demonstrar como estão presentes na obra do autor elementos característicos do movimento de “crise do desenvolvimentismo” (1961 – 1964) e da busca de uma reformulação do projeto desenvolvimentista, tendo como mote a reflexão sobre o “desenvolvimento social”. Iremos apresentar a visão crítica do autor ao processo de desenvolvimento industrial conduzido pelo Estado brasileiro nas décadas anteriores e a necessidade da formulação de uma “autêntica política de desenvolvimento nacional” que conciliasse rápido desenvolvimento material e liberdade, e cujo núcleo haveria de ser concebido em termos político e sociais. Nessa parte começa a se evidenciar o caráter central que o conceito de democracia passa a ocupar no pensamento do autor, inicialmente pensado no âmbito da necessidade da manutenção institucional perante rupturas revolucionárias.

A segunda parte do capítulo - “Democracia e Conflito Social” - explicita a centralidade do conceito de democracia na teoria da mudança social proposta por Furtado, e busca compreender – especialmente a partir da análise da relação proposta pelo autor entre os conceitos de democracia, luta de classes e populismo – o significado do conceito nesse “projeto de capitalismo democrático”. Nesse ponto, defendemos que esse é reformulado sob uma ótica da transformação social em oposição a uma ordem institucional percebida como anacrônica, na qual o populismo associado ao regime vigente atuaria entorpecendo o desenvolvimento

⁷² FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 67.

social. Portanto, diferentemente da primeira parte, na qual a ênfase do discurso do autor incide sobre a necessidade da manutenção institucional, e a mudança é concebida pela necessidade da elaboração de um projeto que alie desenvolvimento e liberdade, o segundo momento é marcado pela crítica a elementos do regime político brasileiro, e pela elaboração teórica do projeto de capitalismo democrático em sua proposta reformista.

Tendo como referência os teóricos da socialdemocracia – K. Mannheim, S. Lipset e G. Myrdal -, Furtado incorpora elementos das formulações desses autores em uma interpretação original, que considera as particularidades das condições político institucionais do país, para propor a democratização da democracia política brasileira pela superação do populismo e instituição de uma ordem social baseada no conflito. Ao fim, sustentamos que as características de seu projeto de capitalismo democrático, construído ao longo das obras, denotam alterações em alguns paradigmas do ideário político desenvolvimentista em suas vertentes isebianas e pecebistas.

Localizando-se temporalmente em um momento de crise de uma interpretação histórico/social do Brasil e forjados sob o signo da inovação, defendemos que os documentos analisados neste capítulo nos oferecem indícios para uma reflexão sobre a história intelectual brasileira que ultrapassa os limites deste trabalho.

3.1: Uma crítica ao processo de desenvolvimento brasileiro: em busca do desenvolvimento social

“No momento presente, já não existe dúvida que as tensões causadas pelos fatores indicados alcançam um ponto crítico. Por um lado, o processo inflacionário desorganizou grande parte das atividades do governo, obrigando-o a interromper obras de importância fundamental, por outro lado, os sacrifícios impostos a grandes grupos de população estão levando ao desespero os mais resignados. Já é perfeitamente claro que o desenvolvimento não poderá continuar nas linhas que o caracterizaram no último decênio. Estamos em face de um processo histórico que esgotou suas potencialidades dentro de um determinado marco.”⁷³

A primeira parte deste capítulo pretende demonstrar como a narrativa de Furtado expressa elementos que corroboram a ideia da crise do desenvolvimentismo, e a busca por um “novo projeto de desenvolvimento

⁷³ FURTADO, C. “Projeto de ‘manifesto’ das forças progressistas” (1962). IN: _____. **A Fantasia Desfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 146.

nacional”, calcado em uma concepção de “desenvolvimento social” que teria suas fundações amparadas em bases democráticas.

Nossa narrativa se inicia com a apresentação da crítica do autor à forma específica como se perpetrou o desenvolvimento industrial brasileiro, isto é, na ausência de uma revolução burguesa, e à revelia de uma política de planejamento eficaz.

A ausência de uma política de planejamento e regulação guiada por princípios sociais fez com que o desenvolvimento industrial, apesar de representar um importante fator de crescimento e modernização da economia, implicasse em um elevado fardo social. Grande parte da sociedade não teve acesso aos benefícios advindos desse crescimento, o que contribuiu para a manutenção de um regime de concentração de renda – caracterizando o que Furtado denomina como “custo social do desenvolvimento”.

Esse custo social somado à crise político-econômica do período teriam gerado um aumento do apelo das técnicas de mudança social de caráter autoritário, o que faz com que Furtado, sob a inspiração dos ideais socialdemocratas, defenda a possibilidade de se conciliar rápido desenvolvimento material para a coletividade com a manutenção da liberdade individual.

Começa a se esboçar as bases de um projeto de desenvolvimento que teria a democracia como alicerce. Nesse momento, a mobilização do conceito estaria vinculada à defesa da manutenção institucional, perante movimentos revolucionários ou golpistas. Na segunda parte do capítulo será apresentado o projeto de capitalismo democrático do autor, o qual, defendemos, repousaria sobre uma concepção específica do conceito que, associado à luta de classes, representaria uma inovação semântica e no ideário político do período.

3.1.2 Industrialização sem uma autêntica política de industrialização (1930 – 1960)

O período compreendido entre as décadas de 1930 e os primeiros anos de 1960 já são vistos por Furtado sob um prisma desenvolvimentista, no sentido de “uma etapa decisiva de desagregação da economia colonial e de luta pela conquista de novos caminhos de acesso ao desenvolvimento”. Esse movimento diria respeito ao esgotamento do modelo de crescimento extensivo baseado na exportação de produtos primários e um avanço em direção a uma política de

industrialização conduzida pela ação do Estado – ainda que “descontinuada e às vezes contraditória”. Se o modelo predominantemente agroexportador já começa a dar sinais de fraqueza no início do século XX, o autor argumenta que seu “complexo ideológico” – o câmbio, a dívida externa, os deficit orçamentários e os preços dos produtos de exportação – baliza a vida econômica do país de maneira incontestada, até os anos 1930, quando começa a desvanecer “a miragem de um desenvolvimento impulsionado por exportações crescentes” e inicia-se um “longo período de transição”.

O dissipar dessa miragem ganharia importante impulso com a crise nos mercados mundiais em 1929. A Revolução de 1930 renova a cúpula do poder com elementos dirigentes dispostos a afastarem-se levemente da economia de exportação. E são estes dirigentes que, sem “qualquer diretriz conscientemente estabelecida”, buscarão formas de controlar a crise caracterizada pelo declínio das exportações e da capacidade de importar. Furtado caracteriza esse movimento como um “período de realismo político” que irá consolidar o capitalismo industrial no Brasil. A interpretação de autor, no início da década de 1960, quanto à política de industrialização brasileira, remete à ausência de uma “revolução clássica” no país – no sentido da superação da ordem oligárquica por uma ordem burguesa – e a esse “realismo político” – explícito na política de compra e destruição dos excedentes da produção de café -, que transfere para o conjunto da população os prejuízos do setor agroexportador, criando as condições para a acumulação:

“A partir de 1930, com o colapso da economia colonial, o país entra numa fase de modificações estruturais irreversíveis, cujo alcance somente muito mais tarde será percebido. A política de ‘defesa’ do café é levada adiante, a despeito da impossibilidade de conseguir-se qualquer tipo de apoio externo. Estoques vultuosos serão acumulados e cerca de oitenta milhões de sacos destruídos num ritual de realismo político que se prolonga por mais de um decênio. O objetivo dessa política era aliviar a cafeicultura, transferindo para o conjunto da população os prejuízos que de outra forma se concentrariam nesse setor. Os efeitos práticos, entretanto, foram muito mais amplos, pois o que se obteve foi a defesa do nível de emprego nos demais setores, em condições de declínio da capacidade para importar. Assim, como subproduto do realismo na defesa dos interesses cafeicultores, criaram-se condições extremamente favoráveis aos investimentos ligados ao mercado interno. Parte daí o processo de industrialização que permitirá a definitiva superação da economia colonial em crise. Desta forma, a industrialização, suporte da nova classe capitalista, é uma decorrência da crise da

economia colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causante dessa crise.”⁷⁴

Assim, o desenvolvimento industrial no Brasil teria sido iniciado, especialmente, pela conjuntura de decadência da economia agroexportadora e uma tênue mudança na composição das classes dirigentes, que adotam um conjunto de medidas de um “improvisado oportunismo político”. Essas medidas, que tinham por objetivo salvaguardar os interesses da cafeicultura, acabam por gerar na economia brasileira um centro dinâmico apoiado no mercado interno, favorecendo uma industrialização calcada na substituição de importações.

“Na fase de transição que se inicia em 1930, as classes que dirigem o país são, no essencial, as mesmas do período anterior. Passarão muitos anos antes que se tenha consciência das modificações ocorridas na estrutura econômica e de que uma política visando a consolidar a industrialização se torne imprescindível. Contudo, o oportunismo político dos novos dirigentes, muito menos rígidos em seus esquemas ideológicos que os homens de Minas e São Paulo que antes haviam governado a República, abriu indiretamente a porta à industrialização. A partir de então, a economia brasileira já não depende, apenas, para crescer, dos impulsos vindos do exterior.”⁷⁵

No primeiro momento, de “busca de alternativas” (1930 – 1953), Furtado reforça a ideia da ausência de uma “autêntica política de industrialização”. O desenvolvimento se apoiava, basicamente, na conjugação de dois fatores: substituição de importações e transferência de recursos por meio da inflação. Essa última propiciara a acumulação necessária à classe capitalista para concentrar investimentos na industrialização.

“A acumulação se apoiou, basicamente, em um processo inflacionário que, nos últimos três decênios, assumiu várias formas. A inflação é o processo de redistribuição da renda, provocado por causas múltiplas, mas que sempre opera em benefício de grupos ligados aos investimentos.”⁷⁶

O desenvolvimento baseado na transferência de renda pela inflação mostrou-se limitado por minar as potencialidades de expansão do mercado interno e gerar um alto custo social. No pós-Segunda Guerra Mundial, mais especificamente durante o governo do Marechal Dutra, adota-se uma interpretação

⁷⁴ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 117.

⁷⁵ Ibid. p. 117.

⁷⁶ Ibid. p. 120.

de que a política de industrialização iniciada nos anos 30 fora artificial e implanta-se uma “política anti-industrialista”, que leva à rápida eliminação das reservas de capital acumulados durante os anos de guerra. O diagnóstico desse equívoco gera outra medida equivocada:

“Como consequência indireta, tivemos a adoção, a partir de 1948, de uma política cambial que veio favorecer de forma ilimitada o setor industrial sem, contudo, obedecer a diretrizes de uma autêntica política de industrialização. A política cambial que praticamos entre 1948 e 1953, se favoreceu as indústrias, criou um clima de investimentos especulativos industriais em benefício dos setores manufatureiros de menor essencialidade. Quanto menos essencial um produto industrial, mais difícil era sua importação e, portanto, mais rentável sua produção. Caminhamos, assim, para uma situação de sobreinvestimento em inúmeros setores industriais, particularmente em indústrias de menor essencialidade, enquanto os investimentos nos setores básicos se desenvolviam de forma totalmente insuficiente.”⁷⁷

O autor reporta para o início dos anos 1950 - tendo como marco a fundação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - 1953) – o início da ampliação do papel do Estado, de mero prestador de serviços para principal agente do desenvolvimento do país. Nesse momento Furtado diagnostica que o desenvolvimento econômico associado à industrialização havia se tornado um imperativo para qualquer governo no Brasil. Ele declara: “a velha estrutura colonial está enterrada no passado”. Porém, se anteriormente o autor denotava a ausência de uma política de industrialização, nesse segundo momento a autor começa a se preocupar com o desenvolvimento da estrutura social do Brasil.

Ainda que o Estado, a partir de meados da década de 50, houvesse assumido um papel protagonista na condução do desenvolvimento, Furtado irá argumentar que apesar dos avanços na industrialização e do crescimento econômico auferido desde então, não haviam sido realizadas reformas para viabilizar o efetivo desenvolvimento social.⁷⁸ O conceito de desenvolvimento social em Furtado comporta duas interpretações distintas, mas complementares. Primeiramente, ele remete a um caráter/critério social para o desenvolvimento, associado ao planejamento voltado para a distribuição da renda e a melhoria das

⁷⁷ FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 81.

⁷⁸ Ainda que careça de uma investigação mais detida, apontamos para o fato de, em nossa pesquisa, não termos encontrado a mobilização do conceito “desenvolvimento social” em nenhum outro autor do período. O próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) só recebe o “S” de social em sua nomenclatura em 1982.

condições materiais da coletividade – expressa no debate sobre o “custo social do desenvolvimento” apresentado a seguir. A segunda interpretação para o conceito diz respeito ao desenvolvimento da estrutura social brasileira, que, como veremos, remete a uma estrutura organizada em classes sociais em conflito – objeto da segunda parte do capítulo. Ambas as interpretações convergem na medida em que se afastam da visão proposta por autores desenvolvimentistas na década de 1950, segundo a qual o desenvolvimento industrial seria elemento que por si só levaria a uma distribuição de renda mais justa e ao estabelecimento de uma estrutura social moderna. A crítica do autor à forma como foi promovido o desenvolvimento brasileiro fica clara em sua apreciação negativa sobre o “custo social do desenvolvimento”.

3.1.3 O custo social do desenvolvimento

O custo social do desenvolvimento seria uma formulação baseada na percepção de que, apesar do inegável crescimento econômico e industrial brasileiro dos “últimos três decênios” (1930-1960), esse desenvolvimento foi feito à revelia da melhoria das condições de vida de grande parte da população, devido, como veremos, especialmente a fatores políticos.

“A primeira dessas questões diz respeito ao desmedido custo social do desenvolvimento que se vem realizando no Brasil. A análise econômica limita-se a expor friamente a realidade. Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda. As grandes massas que trabalham nos campos, e constituem a maioria da população brasileira, praticamente nenhum benefício auferiram desse desenvolvimento. Mais ainda: essas massas viram reduzir-se o seu padrão de vida, quando confrontado com o de grupos sociais ocupados no comércio e em outros serviços. O operariado industrial, que representa uma espécie de classe média dentro da sociedade brasileira, cresceu em termos absolutos e relativos sem, contudo, melhorar apreciavelmente o seu padrão de vida. Também aqui houve piora relativa, pois, com o grande crescimento do emprego urbano nos serviços, os operários presenciam a ascensão de outros grupos sociais, de rendas mais altas.”⁷⁹

A ausência de um planejamento racional e de mecanismos de fiscalização que submetessem a ação estatal a critérios sociais acabou por financiar, em nome da industrialização, grupos privilegiados e parasitários que em nada contribuíram

⁷⁹ Ibid. pp. 27-28.

para o desenvolvimento nacional, gerando mecanismos de concentração de renda com verbas públicas:

“E não somente no que diz respeito à concentração de renda o desenvolvimento vem apresentando aspectos sociais extremamente negativos. Com efeito, à causa do anacronismo da estrutura agrária, esse desenvolvimento provocou, em muitas partes, um aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários. Por outro lado, na ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento, uma estrutura de subsídios que muitas vezes premiou de preferência os investimentos supérfluos, ou aqueles que vinham permitir, dada sua tendência monopolística, uma concentração ainda maior da riqueza em mão de grupos privilegiados. Através de simples doações de capital, os subsídios cambiais e creditícios transferiram para umas poucas mãos grandes riquezas sociais.”⁸⁰

Segundo a análise do autor, uma das causas das grandes tensões sociais do período remete ao desajuste gerado pelas expectativas criadas com o grande crescimento econômico que o país vivenciava no pós-guerra e o “limitado acesso permitido aos frutos desse desenvolvimento”. Ele refuta categoricamente os argumentos de que o desenvolvimento exigiria sacrifícios de parte da população inferindo que desenvolvimento também é consumo, logo, a ideia de fazer crescer o bolo para depois dividi-lo faria parte das “mitologias” mobilizadas principalmente por economistas para justificar esquemas estanques inspirados no receituário liberal.

“Ocorre, entretanto, que desenvolvimento também significa criação de expectativa de melhoria para o conjunto da população: aumenta o emprego urbano rapidamente, intensifica-se a mobilidade social, cresce o efeito demonstração, a simples manutenção do *status* social passa a exigir melhoria permanente das condições materiais de vida. Em síntese: o desenvolvimento projeta-se na consciência do povo como um estado de expectativa permanente de melhoria material. Ora, as circunstâncias históricas em que se vem realizando o desenvolvimento brasileiro recente criaram condições para que se processasse inusitada concentração de renda, tanto geográfica quanto setorial e social. O limitado acesso aos frutos do desenvolvimento a que antes fizemos referência é uma das consequências desse fato.”⁸¹

Apesar da condução do desenvolvimento ter se dado sob a égide do setor público, esse desenvolvimento é viabilizado a partir de um financiamento de caráter “anti-social”, já que operaria, primordialmente, por endividamento externo, pela elevação de preços e “remuneração relativa dos grupos parasitários”

⁸⁰ Ibid. p. 28.

⁸¹ Ibid. p. 55.

por meio de subsídios, quando os crescentes investimentos públicos deveriam ser impulsionados por “recursos colhidos naqueles setores que efetivamente estão sendo beneficiados pelo desenvolvimento, que é fruto do trabalho de toda a coletividade.”⁸²

Furtado acompanha o desenvolvimento industrial do Brasil e, diferentemente do que propunham as formulações do ISEB e da CEPAL, tal desenvolvimento não adquire a dimensão social que era esperada. Para além da insatisfação quanto à distribuição dos frutos do desenvolvimento, Furtado irá defender que a forma como se deu esse rápido desenvolvimento industrial foi responsável pelas tensões sociais que caracterizaram aquele período. Com a implantação do capitalismo industrial e a delimitação de classes sociais com interesses antagônicos, o debate sobre as instituições políticas brasileiras e técnicas de mudança social adquirem um grau de importância completamente nova.

Sua interpretação de que o rápido desenvolvimento industrial brasileiro não foi acompanhado das necessárias reformas nas instituições políticas o fará refletir sobre os limites desse modelo de desenvolvimento e do funcionamento das instituições do regime político brasileiro. O autor irá se lançar em um debate em busca dos princípios para o desenvolvimento social. Sua intervenção se dará no plano das ideias para combater “mitologias políticas” que freavam ações na direção da criação de uma “autêntica doutrina do desenvolvimento nacional”. Nesse sentido, será feito um esforço intelectual para conjugar princípios marxistas com os ideais institucionais inspirados na social-democracia, considerando a particularidade do subdesenvolvimento brasileiro. Essa conjunção na busca por uma “filosofia de ação” culminará com um discurso bem particular para o período – apesar de suas referências serem comuns a muitos intelectuais desenvolvimentistas -, cuja marca será a defesa de determinada concepção de democracia como arranjo institucional que possibilitaria a conjugação de rápido desenvolvimento material para a coletividade com a manutenção da liberdade individual.

“Para evitar esse dilema entre atitudes antissociais, consciente ou inconsciente, parte dos economistas com responsabilidade na política econômica, é mister que

⁸² Ibid. p. 59.

alcancemos um mais alto grau de independência no plano das formulações teóricas. É necessário que realizemos um esforço continuado no sentido de enriquecer e vivificar as teorias econômicas que nos chegam e mesmo no de reformulá-las, toda vez que as hipóteses convencionais não possuam o poder explicativo necessário para abarcar a realidade sobre a qual devemos atuar.”⁸³

3.1.4 Desenvolvimento e liberdade

“O problema fundamental que se apresenta é, portanto, desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta.”⁸⁴

Conforme apresentado anteriormente, Furtado concebe que o Brasil encontra-se em uma situação de exacerbação de tensões sociais que configuram uma fase “pré-revolucionária” na política brasileira. A grande pressão para o estabelecimento de um desenvolvimento mais justo e equânime socialmente gera o crescimento da popularidade de métodos de mudança social por meio da ruptura institucional e da superação do capitalismo, sendo o mais poderoso o marxismo-leninismo.

A primeira posição de Furtado perante o debate em torno da democracia será o de defesa da manutenção de um regime democrático. Porém, ao contrário do que se poderia esperar – considerando a crítica marxista ao conceito enquanto instrumento de dominação da classe burguesa -, o autor qualifica o marxismo como “estádio superior do humanismo”, carregado do “desejo de liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente” e o toma como seu grande interlocutor na sua busca de uma doutrina da mudança social. Ele propõe uma interpretação particular do marxismo, valorizando elementos que explicariam o porquê de sua grande penetração nas ideias da juventude brasileira do período:

“Que vem a ser o marxismo de grande parte de nossa juventude? Creio que podemos enfeixá-lo em umas poucas atitudes, independente de análise que as fundamente:

- a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem, fundando o bem-estar de uma classe, que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria da grande maioria;
- b) o reconhecimento de que a realidade social é *histórica*, portanto, em permanente mutação, devendo a ordem presente se superada, e

⁸³ Ibid. p. 85.

⁸⁴ Ibid. p. 42.

c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social.

O último ponto conduz a uma atitude positiva e otimista, com respeito à ação política, que bem corresponde aos anseios da juventude”⁸⁵

Furtado argumenta que “é impossível combater frontalmente essa doutrina, pois ela encerra os anseios profundos do homem moderno”. Isso denota o esforço do autor em incorporar referências sem os constrangimentos ideológicos do período. Para além do embate em torno dos quadros da Guerra Fria, no qual as opções para os países subdesenvolvidos pareciam polarizadas em oposições estanques – *laissez-faire* ou o total controle estatal sobre os meios de produção - ele irá buscar uma alternativa própria de ideologia do desenvolvimento, e que, mais adiante, mostrar-se-á ainda distinta da ideologia desenvolvimentista da década anterior:

“Temos o direito de fazer essa reflexão, com respeito aos fins últimos que colimamos, independente da tomada de posição com respeito ao problema da preeminência russa ou americana em respeito aos destinos do mundo. Subordinar o futuro de nossa cultura às convergências de ordem tática de um ou de outro dos grandes centros de poder militar moderno é dar a luta perdida de antemão, pela carência total de objetivos próprios finais.”⁸⁶

O marxismo era valorizado por Furtado em seus ideais e como “guia para a ação”, porém, sua postura é crítica à universalidade do método revolucionário implantado na União Soviética, e à necessidade de suplantar a democracia e o capitalismo. Segundo o autor, estava estabelecida no período a ideia de que só seria possível atingir rápidos níveis de desenvolvimento material da coletividade, em países subdesenvolvidos, a partir de métodos revolucionários que pressupunham a supressão de liberdades individuais. Essa “falsa alternativa” era reforçada por ambos os lados da contenda: os liberais usavam do argumento para legitimar “o sacrifício das gerações presentes em benefício das futuras”, e algumas correntes do movimento comunista compactuavam da ideia, com base na experiência soviética, para afirmar a necessidade de ruptura com o capitalismo via ação revolucionária:

⁸⁵ Ibid. pp. 30-31.

⁸⁶ Ibid. p. 32.

“A universalidade com que vem insistindo na referida alternativa decorre de que ela tem sido deduzida de distintas formas por contendores antagônicos. Aqueles que se dizem defensores da liberdade deduzem-na de que as modificações estruturais na ordem social, necessárias a uma rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, vieram sempre emparelhadas com a supressão das liberdades fundamentais do homem. Aqueles que argumentam do lado oposto deduzem a mesma alternativa do mesmo fato histórico de que o único método eficaz para introduzir as modificações sociais necessárias ao rápido desenvolvimento tem sido a revolução de tipo marxista-leninista, que por sua natureza exige a implantação de rígida ditadura.”⁸⁷

O argumento de Furtado, frente a essa suposta alternativa, se funda na defesa incontestada da manutenção da institucionalidade democrática e na crença da possibilidade de conciliação entre um rápido desenvolvimento material para a coletividade e a manutenção de um regime fundado na liberdade individual, a partir de reformas políticas no regime brasileiro. Assim, se podemos falar de um interesse situacional (acima das contradições de classe) na obra de Furtado, tal interesse seria composto pela conjunção de dois fatores: “humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade”; ou “liberdade e desenvolvimento econômico”. O conceito de humanismo estaria posto para contrastar com a concepção liberal/individualista do conceito de liberdade, e o desenvolvimento econômico atrelado à distribuição de renda. Porém, vamos deixar para mais adiante a discussão entre objetivos comuns a toda sociedade e conflito social, democracia e luta de classes. Neste momento nos importa reter que o autor defende a possibilidade de conjugar esses elementos em oposição tanto ao liberalismo quanto ao marxismo-leninismo.

Sua leitura do marxismo-leninismo não se dá no sentido de uma negação intransigente de seus preceitos, mas na crítica a sua aplicação em sociedades abertas à participação. No caso do Brasil, que contava com um regime democrático – ainda que limitado, especialmente, pela restrição de voto dos analfabetos –, seria necessário tornar efetiva essa democracia e não derrubá-la por meio de uma revolução:

“Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material. Deste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde

⁸⁷ Ibid. p. 37.

foram alcançadas formas de convivência social complexas, a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político.”⁸⁸

E ainda:

“Em face do grau de desenvolvimento já alcançado por nossa estrutura social e política, devemos considerar como um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias.”⁸⁹

Portanto, as revoluções marxistas-leninistas seriam métodos coerentes quando aplicadas a regimes fechados à participação como a Rússia czarista e a Cuba de Fulgêncio Batista. É interessante apontar que, ao tratar da Revolução Cubana e da União Soviética, ele reforça a visão de que não foram as revoluções que fundaram governos ditatoriais, mas que estes as precediam.

No Brasil, porém, a ocorrência da dualidade na estrutura social brasileira implicava na existência de um setor mais vulnerável à adesão às técnicas revolucionárias por estar excluído da participação institucional: a classe camponesa. Na ausência de leis trabalhistas no campo que legitimassem as manifestações da classe camponesa, esta se torna mais suscetível ao discurso revolucionário. Nessa formulação fica exposta a relação que o autor estabelece entre exclusão de participação política e suscetibilidade a métodos revolucionários que demandariam a ruptura institucional:

“nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa. Com efeito: permite o nosso sistema político que a classe operária se organize para levar adiante, dentro das regras do jogo democrático, as suas reivindicações. A situação dos camponeses, entretanto, é completamente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos a tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural. E com respeito a esse segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes.”⁹⁰

No outro *front* da contenda - avançando em relação às teses cepalinas que apresentam as bases da crítica de Furtado ao *laissez-faire* -, ele irá se voltar para a elucidação de algumas questões de ordem ideológica – que escapariam do campo da análise econômica – responsáveis pelas desconfiças sobre a possibilidade de superação do quadro de subdesenvolvimento sob a égide de um planejamento

⁸⁸ Ibid. p. 41.

⁸⁹ Ibid. p. 44.

⁹⁰ Ibid. p. 42.

democrático. A partir da confrontação do marxismo-leninismo e das teses liberais evidencia-se a busca por um projeto de capitalismo democrático fundado na ideia do bem-estar social:

“Havendo tomado consciência de nosso subdesenvolvimento e havendo definido como aspiração máxima a melhoria das condições de vida do povo – objetivo só alcançável através do desenvolvimento econômico -, fomos inapelavelmente conduzidos a reformular as funções do Estado. Ao especialista em ciência política cumpre prestar-nos, a este respeito, valiosa ajuda. Se admitirmos que é objetivo precípua a ação estatal promover padrões mais altos de bem-estar social, cabe-nos estabelecer em que condições e sob que forma compatível com outros ideais de convivência social postulados poderá o Estado, em um país subdesenvolvido, alcançar aquele objetivo.”⁹¹

Isso posto, o autor afirma que os ideais de convivência social seriam os mesmo nas sociedades de economia desenvolvida e subdesenvolvida, diga-se, o padrão de sociedade democrática:

“conciliar o máximo de bem-estar econômico para a maioria e uma rápida melhoria nas condições de vida do povo com um sistema político baseado no máximo de liberdade pessoal, inclusive no campo da organização da produção. Em síntese: o padrão da sociedade democrática que vem se aperfeiçoando desde o século passado.”⁹²

Porém, se os ideais de convivência social seriam os mesmos, para alcançá-los nos países subdesenvolvidos seria necessário abandonar o regime do *laissez-faire* em setores estratégicos da economia. Nesse caso, a ação do Estado deveria estar submetida a uma política econômica fundada em uma visão de conjunto do processo econômico em cada contexto histórico e social - o planejamento.

“Destarte, se bem sejam os mesmo ideais de convivência em sociedades democráticas, de economias desenvolvidas ou subdesenvolvidas, as funções do Estado, instrumento principal da consecução daqueles ideais, podem ser distintas. Cumpre que se realize um esforço comum – especialistas em ciência política, em administração e economia – para que o problema das funções do Estado em um país de economia subdesenvolvida seja compreendido à luz dos autêntico ideais da sociedade democrática. A confusão existente nesse campo da ciência política tem sido responsável pela lentidão com que avança entre nós a ideia de planejamento econômico.”⁹³

Nesse ponto cabe-nos apresentar uma importante referência de Furtado, o sociólogo Karl Mannheim (1893 – 1947). Suas ideias são mobilizadas pelo

⁹¹ Ibid. p. 88.

⁹² Ibid. p. 88.

⁹³ Ibid. p. 91.

economista brasileiro, principalmente no que tange o debate sobre o papel dos intelectuais e do planejamento na elaboração de políticas de desenvolvimento em um regime democrático.

Em “Liberdade, Poder e Planificação Democrática” (1951) – citado por Furtado em “Dialética do Desenvolvimento” - Mannheim está profundamente preocupado com a ascensão de economias planificadas, cujos modelos políticos econômicos críticos ao liberalismo se dariam sob regimes fortemente centralizados e autoritários – os regimes fascistas na Itália e Alemanha, e o regime comunista na União Soviética. Em meio à Segunda Guerra Mundial, Mannheim elabora o argumento, frequentemente mobilizado pelos cepalinos - dentre os quais, Furtado -, de que as “instituições sacrossantas” do liberalismo – livre mercado e livre competição baseados no conceito da propriedade privada sem intervenção – seriam “produtos de uma situação única e transitória” na história. A crescente desigualdade social e de desenvolvimento entre diferentes nações não permite mais que as instituições do *laissez-faire* sejam defendidas como modelo único para o desenvolvimento, o que o leva a afirmar: “As alternativas já não são ‘a planificação ou o *laissez faire*’, senão ‘planifica para quê?’ e ‘que espécie de planificação?’.”⁹⁴

Mannheim dará a resposta para essa questão acrescentando um adjetivo ao conceito de planificação para estabelecer uma oposição tanto à centralização realizada em regimes autoritários quanto à concepção liberal expressa pela ausência de intervenção - a “planificação democrática”. O autor está em busca da construção de um sistema social que comporte planejamento econômico e instituições livres:

“Se for aceito todo o peso da argumentação que acabamos de apresentar, será possível formular então o problema social e político do nosso tempo. Nossa tarefa consiste em construir um sistema social mediante o planejamento, mas planejamento de tipo especial: tem que ser *planejamento para a liberdade*, sujeito ao controle democrático; *planejamento, mas não planejamento restricionista* que favoreça os monopólios de grupos, sejam de homens de empresas ou associações operárias, mas ‘planejamento para a plenitude’, isto é, pleno emprego e total exploração dos recursos; com diferenciação de recompensas e *status*, sobre a base da genuína igualdade mais que do privilégio; *planejamento não para uma sociedade sem classes*, mas para uma sociedade que suprima os extremos de riqueza e pobreza; *planejamento para padrões culturais* sem ‘nivelamento por baixo’ - uma transição planejada, favorecendo o progresso, sem suprimir o que há

⁹⁴ MANNHEIM, Karl. **Liberdade, Poder e Planificação Democrática**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1972. p. 26.

de valioso na tradição; *planejamento que neutralize os perigos de uma sociedade de massa*, coordenando os instrumentos de controle social, mas só interferindo nos casos de deterioração institucional ou moral, definidos por critérios coletivos; *planejamento para o equilíbrio* entre a centralização e a dispersão do poder; *planejamento para a transformação gradual da sociedade, a fim de estimular o desenvolvimento da personalidade*: em resumo, *planejamento mas não arregimentação*.⁹⁵

Nessa citação fica clara a preocupação do autor em relação à excessiva centralização ou arregimentação por parte do Estado. Como dissemos anteriormente, ele estava escrevendo a série de artigos que compõem seu livro durante a Segunda Guerra Mundial, profundamente impactado com a ascensão de regimes totalitários. Assim, o planejamento por ele proposto teria como uma grande preocupação o estabelecimento de limites na centralização e intervenção estatais, ao mesmo tempo em que postula a necessidade de abandono do *laissez-faire* nas economias subdesenvolvidas. Elementos que são perfeitamente incorporados por Furtado em sua visão do planejamento, como fica claro neste trecho:

“O caso da economia subdesenvolvida, entretanto, é distinto. A ação estatal não vem coibir a atuação do empresário privado; vem criar condições para que este surja ou se consolide. Tal objetivo, contudo, não poderá ser alcançado se a ação do Estado se realizar de forma improvisada e assistemática. Para que o Estado possa entrar no momento devido e sair na ocasião oportuna, deve armar-se de uma visão de conjunto do processo econômico. E é a isso que chamamos de planejamento. Destarte, para alcançar os autênticos objetivos da sociedade democrática, em um país subdesenvolvido, o planejamento pode ser indispensável. A defesa do *laissez-faire* e a luta contra a ação planejada do Estado, em tais condições, resultam de uma confusão entre os ideais de convivência social e a forma que os mesmos assumem correntemente em estruturas sociais altamente integradas. Não deixa de ser sintomático de nosso subdesenvolvimento o fato de que muitos de nossos economistas de maior prestígio aceitem os métodos de restrição do *laissez-faire* das economias desenvolvidas mas se revoltam contra o tipo de restrição necessária em economias subdesenvolvidas.”⁹⁶

A defesa de Furtado quanto à necessidade da manutenção de um regime democrático e da solução reformista, em oposição aos métodos marxistas-leninistas, guarda grande semelhança à interpretação de Mannheim das “incoerências” dessa doutrina, baseada na interpretação do “socialismo real”, quando o autor afirma:

⁹⁵ Ibid. p. 49.

⁹⁶ FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 91.

“o primitivo diagnóstico revolucionário equivocou-se em três pontos: 1) em uma sociedade industrial complexa, a extrema esquerda tem poucas chances de chegar ao poder, a menos que ela se encontre em profunda desintegração; 2) o preconceito da teoria da revolução marxista com a classe média provoca a alienação de consideráveis parte da população sobre as quais o fascismo deposita suas esperanças; 3) outrossim, e isto é o fator mais importante, não só se dissolveu na Rússia a ditadura supostamente ‘provisória’, mas também pode-se pressupor que nunca se dissolverá em qualquer experiência social baseada na ditadura”⁹⁷

E sua defesa do reformismo:

“A única possibilidade de que o ideal de liberdade continue vivo no espírito dos governantes, reside na permanência e no apoio das instituições livres. A falácia perigosa da argumentação comunista consiste em que seus campeões prometem pagar cada polegada de liberdade perdida durante o período intermediário da ditadura, com um cheque sem data contra um futuro melhor. Mas, a esta altura, já aprendemos que toda melhoria é infinitamente mais valiosa se conseguida gradativamente, em condições de liberdade e acordo democrático, do que se foi paga com sacrifício das instituições livres e da mentalidade amante da liberdade que as acompanha.”⁹⁸

A implantação da proposta de uma planificação democrática sob os moldes mannheimianos dependeria da atuação fundamental de atores sociais diferenciados: os intelectuais. Diferenciados porque Mannheim concebia a necessidade da atuação de uma “*intelligentsia* socialmente desligada”, ou seja, desvinculada dos interesses classistas, e que, compreendendo racionalmente os processos históricos, políticos e econômicos, seria capaz de intervir com a elaboração de uma doutrina – planejamento democrático - em nome do desenvolvimento social. Essa formulação está presente de maneira vivaz na obra de Furtado quando ele afirma, nas primeiras linhas da introdução de “Dialética do Desenvolvimento”:

“A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente. Essa responsabilidade vem sendo traída pela ação de uns e omissão de outros.” [...] “Por seu lado, o cientista social, a quem cabe projetar alguma luz sobre as prováveis consequências das ações dos responsáveis pela salvaguarda do interesse público – o que pode significar prevenir em tempo atos que, por terem sido praticados com inconsciência, não são menores crimes contra a coletividade -, é o grande omissor da época presente, por comodismo ou covardia. Não se pretende que exista uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estão necessariamente inseridas nalgum contexto social. Mas,

⁹⁷ MANNHEIM, K. Op. Cit. p. 48.

⁹⁸ Ibid. pp. 48-49.

não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isto lhe faculta mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade tãda especial: a da inteligência. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações da cultura. Seu compromisso supremo é com a dignidade da pessoa humana.”⁹⁹

Apesar da referência à necessidade de se regular os níveis de controle estatal, e do apelo democrático na apropriação da ideia de planejamento de Mannheim por Furtado, alguns autores atribuem uma ligação entre a concepção de Estado e do “papel” dos intelectuais nas obras de Furtado ao pensamento autoritário.

É esse o caso de Reginaldo Moraes, que interpreta a apropriação das formulações de Mannheim por Furtado, especialmente em relação ao papel do intelectual e à racionalização do projeto de planejamento democrático de maneira um tanto controversa. Em seu livro “Celso Furtado – O subdesenvolvimento e as ideias da Cepal” (1995), e sua tese de doutorado “Planejamento: democracia ou ditadura? Intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós-guerra” (1987) Moraes centra sua análise na função da participação dos intelectuais, das elites e do Estado nos escritos políticos de Furtado. O autor argumenta que, para o economista cepalino, caberia “ao Estado dizer como se devem portar os indivíduos (sobretudo os dominados), enquadrando-os previamente em corporações; ao mesmo tempo em que cabe a alguns indivíduos ‘sentir o social’ e ‘representar’ os interesses coletivos no interior desse aparato de Estado”¹⁰⁰. Desta forma, o autor desenvolvimentista atribuiria um papel de vanguarda para as elites no controle do Estado, enquanto representante dos interesses gerais:

“Com algumas diferenças de matiz, as teorias desenvolvimentistas apelavam a uma espécie de infantilização da sociedade, educada pelo Estado. Cabe, porém, dizer que, nesse imaginário, alguns são mais infantis do que outros. Dos dirigentes, por exemplo, exige-se (e a eles se atribui) habilidade, lucidez, autoridade, retidão e virtudes conexas. Dos dominados exige-se sobretudo a disciplina e o sacrifício, eventualmente apelidados, ‘à esquerda’, de ‘consciência histórica daquilo que é objetivamente possível’.”¹⁰¹

⁹⁹ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. pp. 9-10.

¹⁰⁰ MORAES, R. **Celso Furtado - O subdesenvolvimento e as Idéias da Cepal**. São Paulo: Ática, 1995. p. 91.

¹⁰¹ Ibid. p. 91.

E, na mesma direção, ao relacionar as ideias de Furtado e Mannheim:

“Acima das particularidades e dos partidos, o intelectual possui, na sociedade, uma função decisiva: ele prepara o consenso, isto é, o ponto para o qual as vontades se inclinam. Ou deveriam se inclinar. A ressalva é justificada pelo fato de que o consenso pode não se fazer presente nos atos e pensamentos dos indivíduos empiricamente situados. A elite, diz Furtado, antecipa o consenso e prepara o caminho para que ele se produza.” [...] No ideário de Mannheim e Furtado, tudo se passa como se o intelectual produzisse as formas institucionais que tornariam enfim possível a efetivação do consenso.”¹⁰²

Rosa Maria Vieira, em “Celso Furtado: os intelectuais, a política e o planejamento na teoria do subdesenvolvimento” (2003), busca estabelecer ligações entre as ideias defendidas por Furtado, sobretudo em seus textos dos anos 60, e o pensamento autoritário brasileiro – mais especificamente Oliveira Vianna e Azevedo Amaral – no tocante à relação entre intelectuais e Estado em projetos de construção nacional. De forma mais apropriada que Moraes, a autora estabelece relações pertinentes entre os autores, mas, a nosso ver, em pontos que não dão conta de atribuir um viés autoritário aos escritos de Furtado. Apesar de alegar que o “tratamento dispensado à questão do Estado é produto das ‘determinações brasileiras’ no ideário cepalino de Furtado”, e que essas determinações remetem à tradição cuja análise social é proposta pela chave da “nação inconclusa”, a autora reconhece a presença de elementos inovadores no pensamento do autor “que vão da forma intelectual de expressão do projeto nacional – a análise macro-econômica -, passando pela identidade entre nação e desenvolvimento, com base na industrialização auto-sustentada, até chegar a uma visão substantiva da questão democrática”¹⁰³

Ao analisar os supostos traços autoritários no pensamento de Furtado, Cepêda, em seu estudo sobre aspectos políticos da obra de Celso Furtado, irá argumentar com bastante precisão que:

“A adoção de uma perspectiva de publicizar a atividade do Estado, como portadora de uma lógica acima da esfera privada foi várias vezes detectada como expressão de um viés autoritário, e estendida, sem maiores cuidados, a todas as

¹⁰² MORAES, R. **Planejamento: democracia ou ditadura?** Intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós-guerra. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de filosofia da USP, 1987. p. 250.

¹⁰³ VIEIRA, R. M. **Celso Furtado: os intelectuais, a política e o planejamento na teoria do subdesenvolvimento**. São Paulo: FGV, Escola de administração de empresas de São Paulo, 2003. pp. 117-118.

correntes que postulavam a ação estatal como relevante para a mudança da realidade nacional.”¹⁰⁴

Como apontamos anteriormente, e pretendemos demonstrar mais adiante, o projeto de desenvolvimento proposto por Furtado estaria intrinsecamente relacionado com um projeto de democratização da sociedade brasileira. Uma formulação como a proposta por Moraes - que cita diretamente os documentos que estamos analisando – só nos parece possível de ser concebida quando se ignora grande parte da argumentação apresentada nos seus escritos da década de 1960.¹⁰⁵ Este trabalho apresenta uma interpretação na direção diametralmente oposta à proposta do autor referido. Argumentamos que a ênfase de Furtado na defesa da democratização da sociedade civil contempla, inclusive, uma crítica à exacerbação dos poderes do Estado, em sua interpretação do populismo. Nesse sentido, conceberia uma aguerrida defesa da democratização da sociedade por meio da instituição de uma ordem social conflitiva, com a garantia da participação autônoma dos trabalhadores, que – arriscamo-nos a afirmar - só encontraria paralelo em trabalhos concebidos após o golpe militar, quando, sob um governo autoritário, há um grande movimento de reflexão em torno do conceito de democracia.

A proposta de intervenção dos intelectuais por Furtado não se daria pelo controle do Estado. Certamente, o autor é defensor da ideia da instituição de profissionais técnicos para operar cargos também técnicos no governo, porém não se sustenta o argumento tecnocrático da supremacia da racionalidade técnica perante a esfera política.¹⁰⁶

¹⁰⁴ CEPÊDA, V. A. **Raízes do pensamento político de Celso Furtado**: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada no programa de pós-graduação em ciência política da Universidade de São Paulo (USP), 1998. p. 177.

¹⁰⁵ De fato, apesar da grande erudição mostrada pelo autor, evidente em sua narrativa e na fluidez de suas remissões aos autores clássicos, Moraes constrói seus argumentos repetindo diversas vezes certas citações – sendo que, em algumas delas, Furtado estaria se referindo à URSS –, e singelamente ignora grande parte da argumentação do autor cevalino, no sentido da instituição de uma ordem democrática baseada no conflito, que comporte a luta de classes, além da sua defesa do aumento da participação das classes trabalhadoras. Pontos esses que são objetos deste estudo e que buscaremos iluminar adiante.

¹⁰⁶ Ainda que a figura do técnico socialmente desligado esteja presente na obra furtadeana, não se sustenta a ideia de uma instância tecnocrática superior à política. Um exemplo da relação entre saber técnico e político: “É dever do economista, particularmente aquele que atua no plano da política econômica, encarar a realidade desarmado de preconceitos doutrinários, diagnosticar essa realidade através do pensamento reflexivo e não do raciocínio intencional. Nisso reside a diferença principal entre a contribuição do economista, para a tomada de consciência da realidade, e a ação de um político profissional leigo. Contudo, se o economista parte de postulados doutrinários, sua

Como ficará evidente mais adiante, no momento de agravamento da crise político-econômica e ideológica – pensando no esgotamento/revisão de pressupostos do desenvolvimentismo –, Furtado convoca os intelectuais para formular um novo projeto de desenvolvimento calcado, fundamentalmente, em uma concepção na qual o interesse social cada vez mais seria representado pelos interesses das classes trabalhadoras. A ideia do intelectual socialmente desvinculado era invocada, justamente, por esse poder afastar-se dos interesses de sua classe de origem – a burguesia – e defender reformas na direção da democratização das instituições, já que os interesses das classes dominantes mostravam-se cada vez mais antissociais:

“Dispomos hoje em dia de alguns instrumentos de análise que nos capacitam para observar êsses processos, identificar os fatores estratégicos em dada circunstância histórica e para formular hipóteses sôbre as tendências gerais mais prováveis, o que nos torna de alguma forma responsáveis pelo curso dos acontecimentos se estamos inseridos nesse processo histórico. Com efeito, se podemos de alguma forma ir mais longe do que simplesmente compreender o que está ocorrendo, pois já podemos prever as tendências básicas dessas ocorrências, e não interferimos em favor das soluções de menor custo social, o mínimo que se poderá dizer dos estudiosos de ciências sociais é que estiveram a serviço de interesses de grupos e classes contra seu próprio povo e que traíram a maior de tôdas as responsabilidades que é a da inteligência.”¹⁰⁷

E, no mesmo sentido:

“É com respeito a um processo histórico que pode e deve ser orientado, porque conhecido em suas causas e tendências básicas, que cabe falar da revolução brasileira. Não de um movimento que deva necessariamente escapar a qualquer controle, impondo-se como um fenômeno da natureza se impunha ao homem primitivo, mas como uma transformação que custará ao próprio povo tanto menos quanto este esteja esclarecido sôbre as forças em ação e preparado para exigir dos grupos que detêm o poder político medidas que, no momento oportuno, podem efetivar-se sem o recurso à violência. Quanto mais amplamente se difundir a inteligência do que está ocorrendo e mais nítida se tornar a consciência de que os interesses que movem os grupos dirigentes conflitam com as forças que impulsionam o desenvolvimento social e refletem as aspirações populares, menor será o custo que, em última instância, pagará a coletividade para cumprir o processo de transformações estruturais.”¹⁰⁸

atuação pode ser socialmente muito menos válida do que a do político leigo dotado de boa intuição.” FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 85.

¹⁰⁷ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

p. 144.

¹⁰⁸ Ibid. p. 145.

A partir da ideia de busca por um novo plano de desenvolvimento nacional iremos adentrar na discussão do autor quanto às bases de um projeto de capitalismo democrático.

3.2 Democracia e luta de classes

“Assim, continuamos a falar de planejamento econômico como se se tratasse de um problema entre técnicas elaboradas por hábeis economistas, quando o planejamento pressupõe a formulação de política e uma atitude com respeito ao grau de racionalidade que se deseja alcançar em política econômica. Ora, não cabe pensar em política senão em termos de fatores que condicionam o exercício do poder, o que exige superar os ‘modelos analíticos’ e abordar a *atividade humana concreta* dentro de uma realidade histórica.”¹⁰⁹

A ideia de que o desenvolvimento industrial não fora acompanhado de um equivalente desenvolvimento social sintetiza a crítica de Furtado ao modelo de desenvolvimento perpetrado nos decênios anteriores. Influenciado por autores associados à social-democracia, ele passa a buscar os elementos que determinam o desenvolvimento da estrutura social em regimes democráticos. A partir dessa pesquisa, o autor irá apresentar uma concepção de democracia baseada na luta de classes como elemento dinâmico do desenvolvimento social, e ao qual estaria submetido o próprio desenvolvimento econômico.

O caso brasileiro, enquanto país subdesenvolvido, teria particularidades em seu desenvolvimento, o que leva o autor a analisar detidamente o regime político e as estruturas sociais do país sob o prisma da democracia e do populismo. Essa análise conduz a uma crítica às instituições brasileiras e à defesa de um projeto reformista de cunho democrático, baseado no fortalecimento da sociedade civil, segundo o qual a participação e autonomia das classes trabalhadoras fariam delas as responsáveis pelo dinamismo do processo produtivo e pela atualização das instituições políticas.

3.2.1 A democracia e o desenvolvimento do capitalismo

A questão fundamental da crise do desenvolvimentismo, expressa na relação entre desenvolvimento industrial e desenvolvimento social, ocupa lugar

¹⁰⁹ Ibid. p. 80.

central na reflexão de Furtado em seus textos da década de 1960. Observamos anteriormente a crítica do autor ao desenvolvimento brasileiro a partir da década de 1930 e seu grande custo social. Como forma de superar esse modelo de desenvolvimento, Furtado irá formular uma teoria da mudança social baseada em um projeto de capitalismo democrático, de maneira a conciliar desenvolvimento econômico e social com a manutenção da liberdade individual. Para isso, o autor irá realizar uma análise histórica do desenvolvimento do capitalismo e de suas instituições políticas.

Nessa análise, sua primeira constatação é a de que inovações tecnológicas introduzidas na cultura material poriam em marcha uma série de reações na superestrutura de valores da sociedade. Seguindo Marx, ele propõe que o desenvolvimento do capitalismo industrial teve como consequência a organização de uma dinâmica na qual desenvolvimento econômico e luta de classes estão intimamente ligados. Inovações tecnológicas geraram conflitos entre classes sociais organizadas, que geram demanda por investimentos em inovações tecnológicas. A difusão de inovações, ao alterar as relações de produção, aumentando a concorrência entre produtores, teria seus principais efeitos na estrutura social pela pressão exercida sobre os salários dos trabalhadores, o que contribuía para uma crescente articulação de classes sociais com interesses antagônicos em relação à divisão do produto: a classe capitalista, proprietária dos bens de produção e a classe dos trabalhadores assalariados.

“Nas sociedades em que predomina a propriedade privada dos meios de produção, os conflitos resultantes da introdução de inovações nos processos produtivos tendem a transformar-se em conflitos de classes sociais. Como a difusão das inovações acirra a concorrência entre produtores, a luta destes pela sobrevivência exige um rigoroso policiamento dos custos de produção, ou seja, exerce pressão sobre os salários ou provoca a criação de desemprego. Desta forma, se bem a concorrência seja *entre produtores*, seus efeitos últimos se traduzem em conflitos entre proprietários de bens de produção e assalariados. Tomando consciência de que os objetivos que buscam se excluem, pois se trata de uma divisão do produto, os dois grupos tendem a uma articulação crescente, transformando-se em classes que se organizam para uma luta que, nas sociedades capitalistas, assume significação decisiva no processo social.”¹¹⁰

O aperfeiçoamento das técnicas de produção geraria um excedente a ser utilizado de, pelo menos, duas maneiras distintas: aumento da capacidade

¹¹⁰ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 30.

produtiva – por meio da apropriação e reinvestimentos pelos proprietários dos meios de produção - ou melhoria imediata do bem-estar social da coletividade - pelo aumento de salários e benefícios sociais. Na prevalência da propriedade privada dos meios de produção, as classes dirigentes procuraram reter grande parte desse excedente com a finalidade de aumentar seu poder. Essa apropriação, por sua vez, gera uma pressão das classes trabalhadoras na forma de pressão organizada visando o compartilhamento desse excedente. Em reação a essa pressão, as classes dirigentes buscaram investir ainda mais em tecnologia para diminuir sua dependência dos trabalhadores insatisfeitos. Sob esse raciocínio, a própria pressão dos trabalhadores impõe que os produtores invistam em tecnologia e desenvolvam os mecanismos de produção.

Entretanto, segundo a leitura do autor, “em si mesmas, essas inovações tecnológicas são um fator de desemprego, atuando como força depressiva sobre a economia”. Ou seja, se o emprego de tecnologia para automatização usado para diminuir a pressão dos trabalhadores gera depressão na economia, esse “instrumento de dominação” teria um alcance limitado em sua utilização. Sem poder investir indefinidamente em tecnologia como forma de inibir a pressão da mão de obra, e necessitando de uma válvula de escape para esta, a solução encontrada pelas classes dirigentes capitalistas ao longo da história teria se dado no sentido de abertura das esferas de decisões econômicas e políticas para representantes das classes trabalhadoras.

A interpretação que Furtado faz do desenvolvimento do capitalismo parte do princípio de que, quando fundado sob um arcabouço institucional aberto/democrático, ou seja, que comporte a luta de classes, ele leva a uma progressiva democratização da sociedade:

“À interação dessas forças deve-se que, nesse tipo de sociedade, o exercício do poder tenda a autolimitar-se. A classe capitalista mantém sua posição de comando através de um mecanismo que leva a sociedade a autolimitar seu consumo (processo de poupança) em benefício de grupos minoritários, o que a põe em antagonismo com as classes trabalhadoras. Por outro lado, estas, na medida em que tomam consciência de classe e reconhecem o antagonismo dos grupos capitalistas, tentam aumentar sua participação no produto, abrindo o caminho para as modificações estruturais que decorrerão da introdução de novas técnicas. A existência de antagonismos de classe é, assim, inerente ao processo de crescimento deste tipo de sociedade. A isto se devem a divisão espontânea de alguns centros de decisão e o mecanismo de autolimitação no exercício do poder. Sendo embora uma sociedade no essencial dirigida por uma classe, a democracia capitalista tem como característica fundamental essa autolimitação no exercício

do poder. As tentativas de fazê-la monolítica ou autoritária, no plano político, têm levado à estagnação econômica, seja a um desvio no processo de crescimento, com a agressão externa ou outro fim não econômico atuando como polo dinâmico. Esses desvios têm conduzido, inexoravelmente, a um impasse no plano econômico.”¹¹¹

Nesse sentido, a luta de classes não seria um fator de entorpecimento do desenvolvimento, pelo contrário, o desenvolvimento tecnológico e econômico dependeria desse conflito que, por sua vez, levava à ampliação das instituições políticas. O capitalismo submetido a um arcabouço institucional democrático é visto pelo autor como padrão de organização social dinâmico, que conduziria a permanente transformação dos elementos infraestruturais como decorrência dos conflitos sociais criados pelo processo produtivo.

O capitalismo industrial gerou as condições – urbanização e massas de trabalhadores assalariados sujeitos ao desemprego periódico – para a gestação da consciência da classe assalariada, baseada nos antagonismos de interesses dessa, perante os interesses dos detentores dos meios de produção. Desse modo, o conflito entre classes sociais organizadas e conscientes da impossibilidade de conciliação de seus interesses deixa de ser uma forma qualquer de conflito social, dentre as muitas formas de conflitos existentes, para tornar-se elemento de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo e suas instituições políticas:

“Pela primeira vez o principal elemento motor no processo histórico deixa de ser os conflitos entre facções das classes dominantes, pertencentes a um mesmo grupamento político ou a grupamentos diversos, para ser os conflitos engendrados pela própria organização social. Trata-se, portanto, de um tipo de sociedade sujeita a uma instabilidade interna muito maior do que as anteriores, o que se traduz numa atividade política muito mais intensa, e que exige participação de setores bem mais amplos da população. O papel do Estado dentro deste novo tipo de sociedade adquire um relevo extraordinário”¹¹²

Portanto, segundo o autor, o desenvolvimento do capitalismo industrial determina duas importantes consequências no plano político:

“Por um lado, a maior instabilidade social interna decorrente da luta de classes exigiu a criação de estruturas políticas muito mais flexíveis, a fim de que o poder mantivesse aquela mínimo de legitimidade exigido; por outro lado, o

¹¹¹ Ibid. pp. 67-68.

¹¹² Ibid. p. 39.

enriquecimento da sociedade fêz aumentar enormemente as necessidades coletivas, o que exigiu um inusitado crescimento do aparelho estatal prestador de serviços. Os regimes democráticos modernos são o resultado da ação convergente dessas duas fôrças.”¹¹³

Ou seja, Furtado estabelece um raciocínio no qual o desenvolvimento do capitalismo gera a luta entre classes sociais que, quando representada no plano político, contribui para a expansão do desenvolvimento econômico e social. Assim, segundo essa formulação, o próprio desenvolvimento depende da flexibilidade das instituições políticas, no sentido da ampliação da participação para garantir a instituição do conflito por direitos sociais e distribuição de renda. Portanto, mesmo que o Estado seja concebido como, “em boa medida o instrumento de uma dessas classes [dominantes]”, ele estaria intrinsecamente comprometido – e constrangido pela pressão das classes trabalhadoras - com a necessidade de constante flexibilização de suas instituições para não comprometer o desenvolvimento. Chegamos a uma importante conclusão: na proposta de Furtado, a luta de classes e o conflito social são vistos como elementos perenes do desenvolvimento capitalista. Diferentemente do pensamento marxista, que determina a intensificação da contradição de classes até o estabelecimento de um quadro de conflito que só viria a ser superado pela revolução, Furtado acredita que a institucionalização da luta de classes a torna um elemento de dinamismo nos regimes democrático-capitalistas.¹¹⁴

Nesse ponto cabe-nos apresentar uma obra referenciada por Furtado, cujo embate com alguns de seus elementos nos permitirão traçar, posteriormente, importante interpretação sobre apropriações e inovações conceituais. “The Political Man” (1960), obra do sociólogo norte-americano Seymour M. Lipset,

¹¹³ Ibid. p. 41.

¹¹⁴ Esse é um ponto da formulação do autor que apresenta interpretações divergentes. Alguns autores afirmam - especialmente ao relacionar a proposta de Furtado com a de Gunnar Myrdal - que em dado momento do desenvolvimento do capitalismo os conflitos sociais tenderiam a diminuir ou até cessar. Nós propomos que Furtado, apesar de certamente influenciado pelo economista sueco, diverge dele nesse quesito, como fica claro na citação a seguir: “Se a luta de classes constitui elemento motor básico no desenvolvimento das sociedades de economia capitalista industrial, caberia perguntar se essa luta tendeu a intensificar-se ou a debilitar-se com o desenvolvimento do capitalismo.” [...] “As instituições políticas se abriram de forma crescente à participação da classe trabalhadora organizada em partidos políticos e os conflitos sociais passaram a ter uma expressão de natureza principalmente sindical. Nenhuma evidência existe, entretanto, de que êsses conflitos se ajam reduzido, seja nesse período, seja nos subsequentes.” FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 44.

havia sido recentemente publicada e propunha uma reflexão sobre a relação entre modernização, democracia e conflitos sociais.

Lipset foi um importante representante da Teoria da Modernização a refletir sobre a conjunção desses fatores em inícios dos anos 1960. Sua análise baseava-se na tentativa de compreender como uma sociedade pode comportar os conflitos sociais sem comprometer a legitimidade do Estado e a coesão social. A resposta que se delineia ao longo da obra é calcada na defesa de um arcabouço institucional democrático, que permitisse a manifestação do conflito social dentro de um quadro normativo. Porém, a complexidade do argumento está na proposta de que a manutenção de um regime democrático dependeria, em grande medida, da modernização das estruturas econômicas e sociais.

Dentro do referencial dos teóricos da Modernização, Lipset concebe a relação entre modernização e democracia de forma direta. A modernização seria um processo, expresso por diversas variáveis político-econômicas – urbanização, educação, comunicação de massa, burocratização, etc. -, que conduz a sociedade de um estágio tradicional para o moderno, sendo o advento da estabilidade democrática o ponto culminante desse processo.¹¹⁵

É importante ressaltar que as formulações de Lipset, no sentido proposto acima, passam por uma visão linear do desenvolvimento – própria dos teóricos da Modernização -, segundo a qual, o subdesenvolvimento seria um estágio atrasado em comparação aos países centrais. Uma diferença dessa abordagem em relação às interpretações formuladas pela CEPAL, por Prebisch, Furtado ou Myrdal, é o fato de que, ainda que o autor aceite a necessidade de maior intervenção estatal nas economias subdesenvolvidas - para diminuição da desigualdade de renda -, essa necessidade não se daria pela situação do país perante a Divisão Internacional do Trabalho, mas porque nos países centrais o “processo de nivelamento” da renda ocorreu com o “incremento global da renda nacional” e não com a “transferência” dos mais ricos para os mais pobres, como tende a ser o caso nas economias subdesenvolvidas.¹¹⁶

Esse tipo de raciocínio serve de fundamento para outra importante formulação construída nessa obra. A inferência que a desigualdade de renda teria

¹¹⁵ LIMONGI, F. Introdução IN: DAHL, R. **Poliarquia**: Participação e oposição. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005. p. 13.

¹¹⁶ Cf. LIPSET, S. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 64.

uma “relação mais direta com o extremismo [político] do que a pobreza absoluta”.¹¹⁷

Logo, tendo como paradigma as nações desenvolvidas, existiria uma relação direta entre o incremento da modernização de uma sociedade e a possibilidade de se obter/manter um regime democrático. Isso não implica que essa relação sempre se efetive, ou que um país que se desenvolva economicamente, obrigatoriamente, tornar-se-ia democrático. A relação entre modernização e democratização se daria da seguinte maneira: o desenvolvimento econômico alteraria a estrutura social de determinada sociedade diminuindo numericamente seus estratos economicamente inferiores e aumentando os estratos médios. Esses últimos seriam muito mais propensos a adotar medidas eleitorais, gradualistas e reformistas do que métodos extremistas e revolucionários - relacionados com os estratos baixos da pirâmide social e a grande desigualdade de renda e direitos.¹¹⁸

Esse modelo pressupõe que a modernização gera uma alteração no conflito social sob a égide das classes médias. Limongi denota para a falta de autonomia da esfera política nesse modelo, afirmando que:

“A modernização tudo decide e para aqueles interessados em favorecer a democratização só resta apoiar esse processo. Não há ação política que possa contribuir de maneira direta para a democracia. A ação possível é indireta, via apoio à modernização.”¹¹⁹

Ainda que tenhamos reforçado as diferenças entre a interpretação do ISEB e dos teóricos da modernização, não deixa de haver um eixo em comum nas duas formulações, dada a ênfase concedida à questão do desenvolvimento econômico/industrial como elemento capaz de modernizar também as estruturas sociais. Assim como para no pensamento desenvolvimentista, em Lipset, o debate sobre as instituições políticas teria uma importância secundária.

Lipset afirma que, além do desenvolvimento econômico, a manutenção de um regime democrático dependeria da articulação de duas categorias: a legitimidade e a eficácia.

¹¹⁷ Ibid. p. 63.

¹¹⁸ Cf. Ibid. p. 66.

¹¹⁹ LIMONGI, F. Op. Cit. p. 15.

“A estabilidade de qualquer democracia depende não só do desenvolvimento econômico, mas também da eficácia e legitimidade do seu sistema político. A eficácia significa o desempenho real, a medida em que o sistema satisfaz às funções básicas de Governo, tal como a grande maioria da população e poderosos grupos nela abrangidos (seja as grandes empresas comerciais ou as forças armadas) as encaram. A legitimidade envolve a capacidade do sistema para engendrar e manter a crença de que as instituições políticas vigentes são as mais apropriadas para a sociedade. A medida em que os sistemas políticos democráticos contemporâneos são legítimos depende, em grande parte, da maneira como têm sido resolvidos os problemas básicos que historicamente têm dividido a sociedade.”¹²⁰

Em sua análise dessas categorias ele afirma que “a eficácia é primordialmente instrumental, a legitimidade é avaliativa”, logo, os “grupos encaram um sistema político como legítimo ou ilegítimo segundo o modo como seus valores se ajustam aos deles.”¹²¹ A partir desse argumento, o desenrolar da obra em questão nos indica que, ao problematizar a relação entre democracia e conflitos sociais Lipset está, em geral, muito mais preocupado com os mecanismos de estabilidade e manutenção das instituições democráticas do que propriamente com as formas de mudança social e transformações institucionais. Outra passagem sobre a relação entre conflito e legitimidade ilustra esse enfoque:

“Como a existência de um Estado moderado de conflito constitui, de fato, outra maneira de definir uma democracia legítima, não surpreenderá que os principais fatores determinantes de tal estado ótimo estejam intimamente relacionados com os que produzem a legitimidade, considerada em termos de continuidade de símbolos e *status*. O caráter e conteúdo das principais clivagens que afetam a estabilidade política de uma sociedade são amplamente determinados pelos fatores históricos que influenciaram a maneira como as principais questões que dividiram a sociedade foram resolvidas ou ficaram por resolver no decurso do tempo.”¹²²

Ainda que a distribuição de renda, a ampliação da participação política e o universalismo de ideologias e crenças políticas sejam elementos valorizados pelo autor, sua ênfase nos elementos de legitimidade e eficácia denota que a sua visão do conflito social é pautada por uma concepção elitista da democracia.¹²³ O conflito operaria, especialmente, entre as elites políticas, sendo a principal

¹²⁰ LIPSET, S. Op. Cit. p. 78.

¹²¹ Ibid. p. 78.

¹²² Ibid. p. 84.

¹²³ Um interessante artigo que debate o lugar do conflito na teoria democrática contemporânea ver: VITULLO, G. O lugar do conflito na teoria democrática contemporânea. Sergipe: **Revista Tomo**, n° 10, 2007.

preocupação a manutenção dos elementos conservadores que sustentam a legitimidade.

Furtado irá incorporar de Lipset alguns elementos de sua análise, principalmente no tocante à relação entre desenvolvimento e democracia. Entretanto, como nos indica Cepêda, sua interpretação (de Furtado) confere à democracia uma conotação mais central e ativa neste arranjo:

“Entre Furtado e Lipset a identidade de temas se daria sobre a correlação entre desenvolvimento e democracia, embora em Lipset a idéia central é de que a democracia existe como expressão do arranjo institucional mais comum nos países desenvolvidos, enquanto em Furtado ela é um dos mecanismos proponentes do desenvolvimento econômico. Mas de maneira geral, todos estes autores estão se movimentando num campo teórico que capta e organiza as transformações da evolução do capitalismo posterior à depressão de 1929 e ao final das guerras mundiais [...]”¹²⁴

Isto posto, defendemos que, para Furtado, o conflito social teria uma dimensão muito mais importante no tocante à mudança social e ao desenvolvimento econômico, que a dispensada pelo sociólogo norte-americano. E, por outra, ainda que o autor brasileiro conceba a necessidade de preservação de elementos de “legitimidade”, aos moldes de Lipset, o conflito social em Furtado teria como principais atores as classes trabalhadoras, como pretendemos demonstrar mais adiante.

Voltemos à interpretação de Furtado quanto ao desenvolvimento do capitalismo e das instituições políticas. Talvez a grande influência da reflexão de Lipset sobre o autor brasileiro, remeta à necessidade de preservação de elementos de “legitimidade” em meio ao conflito social. Furtado concebe o papel do Estado enquanto mantenedor do *status quo*, no sentido da defesa de privilégios das classes dirigentes. Porém, essa não seria uma defesa da manutenção de todos os privilégios das classes dirigentes, mas dos privilégios que não representariam um impedimento para o desenvolvimento econômico e social. Não só o conflito social, mas também os privilégios seriam características intrínsecas da democracia capitalista.

Mesmo com o desenvolvimento das instituições democráticas nessas sociedades, o conflito não diminui, mas passa a ser organizado em “grupos de

¹²⁴ CEPÊDA, V. A. Op. Cit. p. 229.

pressão de atuação permanente” como sindicatos e partidos políticos. Economia capitalista sem conflitos só com o fascismo.

Por outro lado, quanto ao complexo de privilégios das classes dominantes, o autor argumenta que nenhuma sociedade que os eliminou conseguiu instituir uma “ordem autenticamente democrática”, na qual esteja sempre garantido o direito de contestação aos grupos ocupantes do poder. Entretanto, o desenvolvimento da sociedade democrática dependeria da “progressiva eliminação daqueles privilégios que passavam a operar anti-socialmente”, ou seja, que comprometam o desenvolvimento econômico e social.

Desta forma, o específico do Estado democrático de base capitalista não é propriamente uma tendência à eliminação dos privilégios. Pelo contrário, os grupos privilegiados podem nele crescer e conservar seu poder. Sua característica essencial é a tendência à eliminação daqueles privilégios que entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas, razão pela qual deve estar aberto à ação de todos os grupos que, integrados no processo produtivo, busquem aumentar sua participação na renda, seja através de concorrência, seja exercendo pressão organizada no mercado de mão-de-obra. O marco institucional deve, portanto, ser suficientemente flexível e ter a aptidão necessária para reformar-se toda vez que a pressão gerada pelos conflitos alcance aquele ponto em que a convivência social se torna inviável. O impulso que induz a esse permanente reformar-se é o consenso geral de que existe um interesse social por cima dos grupos e classes, e a diretriz desse interesse social está dada pelo desenvolvimento das forças produtivas.”¹²⁵

O debate sobre como operaria um “interesse social” acima dos interesses de classes nos exige uma reflexão mais detida. Como apontamos anteriormente - e iremos desenvolver mais à frente - Furtado considera a luta de classes em seus interesses antagônicos como elemento dinâmico do desenvolvimento. Então como estaria posta essa ideia da convergência de interesses com o desenvolvimento das forças produtivas? Nessa questão, Furtado é tributário de ideias propostas pelo economista sueco Gunnar Myrdal, em seu livro “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas” (1957). Assim como Mannheim, Myrdal acredita que o “jôgo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade”¹²⁶, tanto em nível internacional quanto regional. A teoria econômica ortodoxa, seguindo um modelo explicativo de “equilíbrio estático”, serviria para corroborar teorias que interessam às classes dominantes no sentido da manutenção do *status quo*. Assim, Myrdal

¹²⁵ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. pp. 45-46.

¹²⁶ MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. - Rio de Janeiro : Saga 1968. p. 51.

propõe um modelo de “causação circular e acumulativa” para a compreensão da mudança social:

“Meu ponto de partida, formulado inicialmente em termos negativos, é a asserção de que a noção de equilíbrio estável é normalmente uma falsa analogia que se estabelece quando se formula a teoria que visa explicar a mudança no sistema social. O que está errado, ao se aplicar a hipótese do equilíbrio estável à realidade social, é a própria idéia de que o processo social tende a uma posição que se possa descrever como estado de equilíbrio entre forças. Por trás dessa idéia, encontra-se outra hipótese, ainda mais fundamental, de que a mudança tende a provocar reações que operam em sentido oposto ao da primeira mudança. A idéia que pretendo é a de que, ao contrário, em geral não se verifica essa tendência à auto-estabilização automática no sistema social. O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição. Em geral, uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade”¹²⁷

Essa maneira de conceber a mudança social nos é particularmente interessante, pois permite compreender como Myrdal consegue mobilizar a ideia do nacionalismo – enquanto busca de um interesse comum e doutrina de coesão interna -, e, ao mesmo tempo, conceber a luta de classes como condição para o desenvolvimento em um regime democrático, como explicita Mantega:

“Então, na opinião de Myrdal, o motor do desenvolvimento é a mobilização das forças internas para substituir as instituições políticas atrasadas pelo moderno Estado planejador e mobilizador. O regime político que melhor se coaduna com essa proposta é a democracia ocidental, que constituiria a base de sustentação para medidas políticas igualitárias. E aqui estamos diante de um outro aspecto fundamental do pensamento do Myrdal, não apenas porque ele influenciou decisivamente na constituição do projeto político do nacional-desenvolvimentismo, como também em virtude de sua contribuição para chamar a atenção para a dinâmica de classes do processo social. Segundo Myrdal, no regime democrático as massas podem organizar-se para reivindicar melhores condições de vida, pressionando os empresários para elevar a produtividade dos empreendimentos econômicos.”¹²⁸

Portanto, o nacionalismo de Myrdal não nega os interesses antagônicos que movem a luta de classes, mas diz respeito à definição de interesses independentes perante os países desenvolvidos e à adoção pelo Estado de ideais igualitários – por pressão das classes mais pobres em defesa de seus interesses - que conduzam ao desenvolvimento nacional. Porém, o autor sueco afirma que,

¹²⁷ Ibid. p. 34.

¹²⁸ MANTEGA, G. Op. Cit. p. 55.

com o estabelecimento do “Estado de bem-estar”, o conflito social tenderia a diminuir - movimento que, como vimos, não se consuma na interpretação de Furtado.

Na mesma chave de Myrdal, reforçamos que, se Furtado defende que o desenvolvimento das forças produtivas é um “interesse social por cima dos grupos e classes”, isso não implica em uma contradição no sentido da negação dos interesses antagônicos das classes em conflito. Como apresentamos anteriormente, em diversas passagens o autor reforça o antagonismo entre os interesses das classes dominantes e trabalhadoras, sendo, inclusive, a tomada de consciência desse antagonismo de interesses elemento fundamental para a emancipação da classe trabalhadora da dominação populista – tema do próximo item. Acontece que, perante a estagnação, o desenvolvimento das forças produtivas seria um interesse compartilhado. Diferentemente do pensamento esboçado no ISEB, segundo o qual a contradição capital-trabalho seria secundária, Furtado defende que essa seria um fator que impulsionaria o desenvolvimento. Não existe, em sua interpretação, a possibilidade do estabelecimento de uma aliança de classes entre burguesia industrial e a classe trabalhadora. Alegamos que o argumento da defesa de um interesse geral tem um importante peso como artifício retórico, dirigido especialmente para as classes dominantes, que conduz, novamente, à necessidade de que se realizem reformas no sentido da ampliação da participação política e de direitos sociais, como condição para dar continuidade ao desenvolvimento das forças produtivas e evitar a estagnação. Ou seja, a modernização das relações sociais – ou o desenvolvimento social – com a instauração de um arcabouço institucional que permitisse a luta de classes seria condição para o desenvolvimento econômico.¹²⁹

¹²⁹ Lembremos que Furtado atrela o desenvolvimento das forças produtivas a mecanismos de autolimitação – que serão melhor apresentados logo adiante. Ele afirma que um desenvolvimento econômico sustentado dependeria de forças na direção da acumulação e outras na de distribuição. Podemos encontrar críticas pertinentes a esse argumento que, em última análise, atrela a concentração de renda – acumulação sem distribuição - à estagnação em: MANTEGA, G. Op. Cit.; e OLIVEIRA, F de. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. 4. ed. - Petropolis : Vozes, 1981.; Sendo que a própria experiência do “milagre econômico” no período da ditadura fez essa ideia cair por terra, já que se presenciou altas taxas de crescimento com “arrocho” salarial para os trabalhadores.

“Nessas condições, a concentração de renda e a conseqüente queda relativa da renda dos assalariados estava perfeitamente de acordo com a nova composição da demanda nacional. Isso significa que o avanço da acumulação industrial consolidara o modo especificamente capitalista de produção no Brasil, e com ele um perfil da demanda mais adequado aos interesses da valorização

Porém, mesmo defendendo o conflito de classes, atribuímos ao ato de fala de Furtado um grande cuidado retórico na tentativa de evitar a ruptura institucional por meio de um golpe. Se, por um lado, o autor atrela a manutenção do desenvolvimento às reformas e ampliação da participação dos trabalhadores, por outro, ele defende que a “causa do progresso das liberdades nas sociedades democráticas-capitalistas foi a crescente estabilidade institucional destas”. Com isso, uma vez mais, o autor descarta a possibilidade de rompimentos revolucionários com a ordem institucional, defendendo a “estabilidade” pela flexibilização de seus marcos. A defesa da estabilidade também não implica na negação do conflito social, mas na sua institucionalização, justamente pela visão que Furtado tem dos “elementos de contenção” nos movimentos revolucionários perpetrados nas democracias capitalistas:

“Na quase totalidade das democracias capitalistas, as transformações de maior relevância no marco institucional têm sido realizadas por processos políticos extralegais, isto é, por movimentos revolucionários. Estes movimentos resultam, via de regra, de rupturas dentro das classes dirigentes e constituem, na maioria dos casos, uma forma de precipitar transformações inevitáveis, prevenindo uma maior agravamento de tensões sociais que poderiam provocar movimentos de maior profundidade na estrutura social e por em risco a posição daquelas classes. Desta forma, os movimentos revolucionários se entrelaçam e muitas vezes se apoiam mutuamente forças orientadas nos sentido de remover obstáculos ao desenvolvimento com outras que visam entorpecer o autêntico processo de democratização. Assim, certas conquistas sociais são conseguidas ao mesmo tempo em que se limita, por meios oblíquos, a representatividade popular no governo. Como essa redução na representatividade do governo terá consequências em todo o processo social, reduzindo a elasticidade institucional e freando o acesso a outras conquistas sociais, o avanço logrado pelo caminho revolucionário terá sido apenas aparente.”¹³⁰

O autor argumenta que os papéis das classes sociais em conflito nas democracias capitalistas seguiriam um padrão: as classes dominantes lutam para preservar seus privilégios, e as classes trabalhadoras para aumentar sua participação política e na divisão do produto social. As primeiras têm seus interesses atrelados à conservação das instituições, e as segundas, ao demandarem maior participação política e no produto social, emprestam o dinamismo necessário ao desenvolvimento econômico e das instituições políticas. Porém,

do capital, com a demanda dos assalariados perfeitamente subordinada aos investimentos e secundária em relação à demanda capitalista.” MANTEGA, G. Op. Cit. p. 99.

¹³⁰ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 74.

para garantir a continuidade do desenvolvimento econômico, seria do interesse dos dominantes, em momentos de agravação das tensões sociais, flexibilizar as instituições, enquanto seria do interesse dos trabalhadores que o conflito permaneça no âmbito institucional.

Ao questionar a estrutura política da União Soviética, Furtado argumenta que a máquina burocrática se encarrega do papel que cabe às classes proprietárias nas democracias burguesas – a estabilidade institucional –, mas se pergunta, “a quem caberá o papel desempenhado a classe trabalhadora nas sociedades burguesas de por em xeque o que está estabelecido?”.

Portanto, o papel das classes dirigentes seria o de zelar pela manutenção institucional, eliminando os privilégios antissociais responsáveis por comprometer o desenvolvimento – tido como objetivo de seu interesse – e, de tempos em tempos, reformar as instituições, no sentido da sua flexibilização – como resposta à pressão das classes trabalhadoras. Agora, para compreendermos o papel das classes assalariadas “de por em xeque o que está estabelecido”, precisamos analisar a interpretação de Furtado sobre o processo de formação de consciência dessa classe, voltando, para isso, ao debate sobre os “mecanismos de autolimitação” que operariam nas sociedades capitalistas e democráticas, ou seja, cujas instituições políticas comportam o conflito de classes.

Ao tratar das consequências da incorporação de novas tecnologias no conflito social, indicamos que Furtado argumenta que o desenvolvimento dependeria de duas forças antagônicas em relação ao uso do produto social: a acumulação e a distribuição.

A interação desses fatores se daria da seguinte forma:

“Contudo, não apenas da acumulação depende o desenvolvimento. Apóia-se este, igualmente, na força dinâmica que surge nas sociedades sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida. Se o incremento do produto, decorrente da acumulação, permanecesse indefinidamente concentrado nas mãos dos pequenos grupos dirigentes, o processo de formação de capital tenderia a um ponto de saturação. É porque parte apreciável desse novo produto se distribui entre as massas trabalhadoras que o desenvolvimento pode seguir adiante. Essas massas trabalhadoras tendem a consumir a totalidade daquilo que lhes chega às mãos e logo tomam a consciência de que estão submetidas a um regime de permanente racionamento na satisfação de suas necessidades. Percebem que o mecanismo de autolimitação, que a sociedade se impõe, opera de forma discriminatória contra aqueles grupos que, como fonte de renda, têm apenas o seu trabalho.”¹³¹

¹³¹ Ibid. p. 64.

Conforme as classes assalariadas vão adquirindo consciência de seus “autênticos objetivos” e atuando com formas de pressão organizada para o aumento de sua participação na distribuição do produto, Furtado argumenta que o polo dinâmico do desenvolvimento tem a tendência de se deslocar para o lado dessas classes, enquanto responsáveis pelo mecanismo de autolimitação da acumulação pelos grupos minoritários.

“A solução dos conflitos de classes pela imposição da vontade da própria classe capitalista tornou-se mais e mais anti-social, na medida em que o desenvolvimento passou a depender do dinamismo e agressividade da classe trabalhadora. Quanto mais se desenvolve a economia capitalista, mais os interesses da classe trabalhadora corporificam os da coletividade total. Menos capacitada se torna, por conseguinte, a classe capitalista para interpretar os reais interesses sociais. Daí que a greve se haja transformado no instrumento fundamental de convivência social na democracia capitalista.”¹³²

A fórmula de Furtado, segundo a qual, com o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora e das instituições políticas, os interesses dessa classe passam a representar os interesses sociais da coletividade, nos permite chegar a duas conclusões: a primeira seria a de que os ideais políticos defendidos pelo autor equivalem a um “governo representativo de base popular”; e a segunda é que, como o desenvolvimento seria subordinado ao movimento de distribuição – e não somente da acumulação – e à manutenção/expansão de um regime democrático, pois a força para essa distribuição adviria da pressão das classes trabalhadoras, essas classes seriam as portadoras do elemento dinâmico para o desenvolvimento. Mesmo que o desenvolvimento, em oposição à estagnação, seja um interesse social por cima das classes, ainda assim o antagonismo de interesses vigora - a classe capitalista defenderá políticas em prol da acumulação e as classes trabalhadoras da distribuição.

Apesar de toda essa apresentação indicar a crença do autor quanto ao desenvolvimento das instituições políticas no âmbito do sistema capitalista, não poderia estar presente nessa elaboração uma ideia da perfectibilidade do capitalismo. Como dissemos no início da apresentação, Furtado acredita no desenvolvimento econômico e social dentro dos quadros do capitalismo, porém, esses dependeriam – ainda mais no caso das economias subdesenvolvidas –

¹³² Ibid. p. 68.

fundamentalmente, do estabelecimento de uma dinâmica democrática e participativa das diversas classes sociais, para garantir que o Estado represente o “interesse social” perante interesses particulares do mercado e das classes dominantes. A forma de estabelecer essa dinâmica seria a partir de reformas que propiciassem “o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”.

Vamos destacar a ênfase dada pelo autor na necessidade de reformas no quadro político brasileiro e suas instituições, buscando demonstrar que existiria em seu raciocínio uma separação nas esferas de intervenção do Estado. Se por um lado esse deve ser particularmente ativo no planejamento do desenvolvimento industrial, na regulação das relações econômicas e na efetivação das reformas políticas, a razão de ser dessas últimas seria justamente beneficiar a sociedade civil com autonomia e força para fazer valer suas reivindicações. A seguir, ao tratarmos da questão do populismo e do projeto de capitalismo democrático de Furtado, ficará mais clara sua crítica à intervenção do Estado na regulação das relações sociais.

Longe de legitimar um “Estado demiurgo”, guiado por uma *intelligentsia*, com um caráter elitista, autoritário e representante dos interesses da burguesia industrial, como sugerem alguns autores, defendemos que a intervenção desse – para além dos mecanismos de regulação da economia -, se daria sob os auspícios do Governo Federal e da *intelligentsia*, de maneira pontual - nesse momento de crise - visando garantir a realização de reformas que fortaleçam os mecanismos de participação da sociedade civil. Diferentemente de Lipset, para quem a democracia seria decorrência da modernização, Furtado está defendendo ações políticas para o estabelecimento de uma “democracia autêntica” e uma ordem social que comporte o conflito como mecanismo de promoção do desenvolvimento social. Nesse sentido, iremos apresentar o diagnóstico do autor sobre os fatores que constrangeriam o desenvolvimento da estrutura social brasileira.

Nossa interpretação é que, a partir de seu exame sobre a relação entre as classes sociais nos sistemas subdesenvolvidos – em especial no caso do Brasil -, delineia-se uma crítica ao regime político brasileiro, ou seja, à forma como operariam as instituições democráticas no país, sob o prisma do conceito de

populismo. Essa discussão nos permitirá ir mais adiante na análise da apreciação sobre a forma como o autor mobiliza o conceito de democracia.

3.2.2 Subdesenvolvimento, democracia e populismo: uma crítica ao regime político e às classes dominantes no Brasil

De meados da década de 1950 até o Golpe Militar de 1964, as poucas análises perpetradas pelos intelectuais de esquerda em torno do tema da democracia brasileira orbitavam a discussão sobre o populismo. A constante mobilização desse conceito, e suas diversas interpretações semânticas desde então, fizeram com que Ângela de Castro Gomes afirmasse ser ele “um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação”¹³³ da cultura política brasileira. Por conta de sua conexão com o tema da democracia, iremos apresentar um breve debate em torno do conceito, para melhor compreendermos a interpretação dada a ele por Furtado. Não vamos adentrar a vasta discussão em torno da história do conceito, profundamente analisada e debatida por diversos autores, mas apontar para alguns pontos pertinentes destacados por esses trabalhos historiográficos.¹³⁴

As primeiras formulações em torno do conceito de populismo se deram no âmbito do ISEB, com a publicação de um artigo sem autor identificado – porém, atribuído a Hélio Jaguaribe - chamado “Que é o Ademarismo?” (1954). O artigo pretendia compreender o tipo de manifestação política que se formava em torno da candidatura do político paulista Adhermar de Barros à presidência da república. Rejeitando o rótulo de clientelista ao fenômeno, o autor atribui a esse a classificação de populista. Ângela de Castro Gomes resume bem as características atribuídas no artigo a esse tipo de prática, da seguinte forma:

“Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, ele é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a

¹³³ GOMES, A de C. O populismo e as ciências sociais no Brasil IN: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n 2, 1996. p. 2. <Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf>

¹³⁴ Cf. FERREIRA, J (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

libertação do populismo ou, o que seria quase o mesmo, a aquisição da verdadeira consciência de classe.”

[...]

“Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente, satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder.”¹³⁵

O processo de industrialização no Brasil não havia levado à formação da consciência de classe dos trabalhadores. Devido à rapidez da implantação da industrialização no Brasil, o proletariado teria sido formado, em sua maioria, por trabalhadores oriundos do meio rural, logo sem experiências de organização política. A crise de hegemonia nas classes dominantes teria feito com que a mobilização das massas ganhasse grande importância para o controle do poder político. E essa mobilização só poderia ser conduzida por um líder carismático.

Luís Reznik reforça a relação proposta por Jaguaribe entre o populismo, modernização e democracia, em um raciocínio que nos ajudará a encaminhar nossas conclusões. Ao relacionar a interpretação do autor brasileiro com elementos da teoria da modernização de Gino Germani, ele argumenta:

“Jaguaribe, escrevendo dez anos antes de Germani, sublinha traços semelhantes em sua análise sobre o populismo. Em primeiro lugar, o caráter anômalo do fenômeno (em Jaguaribe, “não autêntico”). Essa situação se devia à assincronia das transformações sociais, econômicas e políticas em uma época de transição. Embutido no diagnóstico, a visualização do futuro democrático: a ação política mediada por partidos ideológicos. (um parêntesis se faz necessário: ideologia para Jaguaribe é a condensação de uma proposta progressista condizente com a fase em que o país se encontra. Neste caso trata-se da ideologia do desenvolvimento nacional, que requeria uma aliança policlassista entre a burguesia industrial, o proletariado urbano e os quadros técnicos da classe média/ a *intelligentzia*.) Em segundo lugar, o fato do populismo amadurecer em um espaço político não institucionalizado, instando a emergência de uma ‘liderança popular de massa’. O caráter de manipulação está presente: massas amorfas, sem consciência de classe.”¹³⁶

Proletarização, falta de consciência de classe, crise de hegemonia, mobilização e relação direta entre líderes carismáticos e massas trabalhadoras

¹³⁵ GOMES, A. de C. Op. Cit. p. 4.

¹³⁶ REZNIK, L. O ‘populismo’ e a teoria democrática descritiva. [não publicado], 1996. pp. 7-8.

foram características que compuseram diversas interpretações – com nuances - em torno do conceito de populismo, tendo como referência seminal o artigo de Jaguaribe.

Ao sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, que, juntamente com Jaguaribe, havia sido pivô da crise do ISEB em 1958, também é imputada uma das primeiras interpretações sobre o fenômeno do populismo. Em seu “A crise do poder no Brasil” (1961), escrito após o afastamento instituído e à luz da crise política agravada pela renúncia de Jânio Quadros, ele se utiliza do conceito para refletir sobre o estágio do desenvolvimento político e social do Brasil. No capítulo “Trajetória política do Brasil (do clã à ideologia)”, como o próprio título nos indica, o desenvolvimento político e social do país é percebido como uma sucessão de etapas que estariam dispostas da seguinte forma: “Política de clãs”; “política de oligarquia”; “política populista”; “política de grupos de pressão” e, finalmente a “política ideológica”.¹³⁷

Conclamando que a “razão sociológica de nossa época é a existência do povo na sociedade brasileira” e que por isso “a nova sociologia política do Brasil é algo a ser fundado”, Guerreiro cria essa sucessão de etapas tendo como referência a participação política popular na direção da consolidação da “política ideológica”, sendo a “política populista” uma das etapas intermediárias, caracterizada da seguinte forma:

“O populismo é um avanço em relação à *política de clã* e à *política de oligarquia*. Esta superioridade decorre de sua infra-estrutura peculiar. Corresponde a um momento da evolução econômica em que a industrialização, perdendo o caráter marginal e ocasional, vai-se constituindo em processo consistente.” [...] “O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar.” [...] “Êsses contingentes recém-egressos dos campos ainda não dominam o idioma ideológico. Seu escasso ou nulo enquadramento e treino partidário, sua tímida consciência de direitos, eis o que os torna incapazes de exercer influência pedagógica em seus líderes, os quais, por isso mesmo, não precisam ir além de um libertarismo superficial em suas maneiras e ação. Com suas diferentes qualificações, constitui expressão do populismo no Brasil o varguismo, e em suas

¹³⁷ Importante marcar que, antes de apresentar essa sucessão evolutiva de estágios políticos, Guerreiro afirma: “É oportuno indagar, neste ponto, quais os antecedentes da nova realidade política do Brasil. Fá-lo-emos aqui, utilizando categorias que se aproximam do que Max Weber chama de ‘tipos ideais’ ou ‘conceitos puros’. Podem ser distinguidos vários tipos de política, em nossa evolução, os quais tendem a ser sucessivos, embora em diversos momentos se apresentem simultaneamente. Não devem ser tomados rigorosamente como realidades históricas. São referências teóricas, úteis para aprofundar a compreensão dos fatos.” RAMOS, G. **A crise do poder no Brasil**: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro : Zahar 1961. p. 49

coordenadas movimentam-se até agora os líderes João Goulart, Jânio Quadros, Tenório Cavalcante. As condições em que se formaram êsses políticos não lhes permitiram atingir o nível da política ideológica, pois nenhum deles representa, com um mínimo rigor técnico e prático, coerente concepção militante a serviço de camadas sociais definidas.”¹³⁸

O mais importante de reforçarmos da interpretação do populismo por Guerreiro é que se ela guarda coincidências com a proposta de Jaguaribe, como a ideia do populismo como expressão da falta de consciência de classe decorrente das origens rurais dos trabalhadores que se proletarizam, também se apresentam novidades. O primeiro ponto seria a indicação da amplitude da política populista, que se em Jaguaribe fica restrita ao ademarismo, em Guerreiro engloba diversas manifestações, de Vargas a Jango. Outra importante diferença é o fato do populismo não ser visto somente por uma ótica de todo retrógrada, comparado com as etapas anteriores. A política populista continha os próprios germes para a sua superação, já que é “exatamente onde começa a surgir o ‘espírito público esclarecido’” e “não apela para a consanguinidade, o parentesco em suas várias formas, a dependência residencial e a lealdade. Apela para uma vaga solidariedade social”. Ainda que não haja a “exigência ideológica”, existe expectativa de que “o líder no Poder assegure benefícios diretos ou indiretos aos que o elegeram”¹³⁹. E ainda mais relevante para nossa pesquisa seria atentar para o fato de que a superação do populismo na proposta de Guerreiro dá-se pela constituição de “grupos de pressão” que culminarão com a organização da sociedade em classes sociais, configurando uma política ideológica.¹⁴⁰

Enquanto integrantes do ISEB, esses sociólogos foram grandes referências na elaboração do nacional-desenvolvimentismo. É interessante pensar que, a partir de inúmeras reinterpretações, o conceito de populismo veio a se tornar a pedra de torque da crítica perpetrada pela Escola Paulista (USP) à ideologia nacional-desenvolvimentista e à “democracia populista”, atrelados ao regime político instituído em 1946.

¹³⁸ Ibid. p. 57.

¹³⁹ Ibid. p. 55.

¹⁴⁰ Notamos diversas convergências do pensamento de Guerreiro Ramos com o de Furtado – como a ênfase nos aspectos políticos do regime brasileiro e a defesa da dinâmica social fundada na luta de classes -, que não poderemos abordar mais profundamente neste trabalho. Pelo recorte que estabelecemos, focamos nossa análise e conclusões nas divergências do pensamento furtadeano com o ideário político nacional-desenvolvimentista dos anos 1950. Uma proposta de trabalho que nos parece promissora seria a de uma pesquisa mais pormenorizada em obras que constituem as bases para se formular a ideia da “crise do desenvolvimentismo”.

Se, inicialmente, Jaguaribe utiliza o conceito para criticar a ascensão de Adhemar de Barros na política brasileira, gradualmente, esse conceito passa a ser mobilizado como elemento que daria coerência a uma interpretação depreciativa da política brasileira no período entre 1946-1964, cujo inconveniente *grand finale* teria sido o golpe militar.

Um dos grandes responsáveis por esse movimento, e pela centralidade que esse conceito veio a adquirir na cultura política brasileira, foi o cientista político paulista Francisco Weffort. Sob uma abordagem marxista, fundamentada especialmente sobre as reflexões em torno do bonapartismo, Weffort debruça-se sobre o tema do populismo, em uma série de estudos iniciados com três artigos: “Política de massas” (1963), “Estado e massas no Brasil” (1964) e “O Populismo na Política Brasileira” (1967).

Nos seus primeiros escritos sobre o tema, Weffort compartilha de vários dos pressupostos apresentados por Jaguaribe, porém, para nossa reflexão, interessa chamar a atenção para uma novidade proposta pela interpretação do autor: a relação ambígua mantida entre Estado e classes trabalhadoras sob o populismo.

O autor parte da crítica à “concepção liberal elitista” do populismo para refletir sobre a forma como se articulava a relação entre as massas e os líderes populistas:

“É surpreendente, porém, que mesmo os ideólogos do nacionalismo não consigam, apesar de suas proclamações de identificação com o povo, ir muito além desta concepção liberal elitista forjada nos horizontes ideológicos da velha classe média brasileira. Definem, em geral, o populismo pelos seus aspectos exteriores – a demagogia, a emocionalidade, a verbiagem social – etc. – e especialmente pela ‘ausência de ideologia’.”¹⁴¹

A partir dessa crítica ele irá afirmar que ao mesmo tempo que o populismo é política de manipulação, ele é também “estilo de governo sensível às pressões populares”. Essa dualidade estabeleceria um “Estado de compromisso” como fator explicativo para a adesão das “massas” à retórica e dominação populista, representando um elemento novo nas formulações sobre o fenômeno, já que a “capacidade reivindicatória das massas é inexistente ou pouco sensível na

¹⁴¹ WEFFORT, F. Política de Massas IN: _____. **O populismo na política brasileira**. 2. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. p. 25.

explicação de Jaguaribe”¹⁴². Esse compromisso seria, portanto, uma aliança pluriclassista, sob a égide das classes dominantes, que, necessitando de apoio popular sob o intermédio de um líder carismático, acenava com benefícios sociais como forma de manipulação.

Weffort estabelece, portanto, que a manipulação populista não era somente fruto da ingenuidade das classes trabalhadoras, mas que, ao mesmo tempo em que essas cediam apoio aos políticos populistas, eram agraciadas com benefícios sociais. Porém, essa “via de mão dupla” seria um elemento prejudicial às classes trabalhadoras, pois funcionava como forma de mascarar as lutas de classes, inibindo a autonomia e formação de consciência das classes trabalhadoras.

Na segunda metade da década de 60, profundamente influenciados pelo Golpe Militar de 1964, o debate em torno das formulações de Weffort sobre o populismo torna-se um eixo para a tentativa de se dar uma explicação para a derrocada do regime político fundado em 1946. A reflexão do autor quanto à questão da manipulação e do Estado de compromisso serve de base para a produção de uma série de trabalhos que viriam a associar o Golpe à crise da “democracia populista”, cuja expressão mais significativa foi o livro do sociólogo Octávio Ianni, “O colapso do populismo no Brasil” (1968). Weffort e Ianni centralizam no CEBRAP um movimento de crítica ao nacional-desenvolvimentismo e à democracia de 1946 sob a perspectiva do populismo. Esse condenava, principalmente, os pressupostos da viabilidade de uma aliança pluriclassista entre trabalhadores assalariados e a burguesia industrial, tidos como “classes modernas” que, juntas, efetivariam a revolução burguesa; e a relação entre o Estado e as classes trabalhadoras vista como tutelar e corporativista, o que conduziriam à intrínseca associação entre democracia e populismo.¹⁴³

¹⁴² REZNIK, L. Op. Cit. p. 9.

¹⁴³ “Seja no estudo sobre a relação entre Estado e massas no Brasil, como em Weffort; na construção de instituições políticas orientadas para o desenvolvimento em uma situação histórica concreta, como no trabalho de Cardoso e Faletto; como uma etapa de transição para a modernidade anterior ao socialismo ou à interdependência, como em Octavio Ianni; ou até mesmo como uma máscara à ascensão da burguesia industrial no país, como em Francisco de Oliveira; a democracia é um conceito evocado para compreender a República de 1946. Em comum a todos esses trabalhos é o fato de que a democracia é compreendida em um duplo sentido. É reconhecida, em primeiro lugar, como uma realidade própria da tradição da cultura ocidental. Em segundo lugar, é compreendida como populista. Ou seja, incompleta, não devidamente estruturada. Esse segundo significado serve para analisar a realidade histórica brasileira das décadas de 1940 e 50; ou, da época de transição social motivada pelo processo de industrialização do país. BARBOSA, L. M. **Crise e transição na Revista de Cultura & Política (1978- 1982):** uma análise do momento da abertura. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em

A partir dessa breve apresentação, nota-se um sentido no debate sobre o conceito nessas primeiras formulações. Direcionado, especialmente, pelo aprofundamento da análise dos mecanismos de manipulação populista, ou seja, as relações entre as classes sociais no capitalismo brasileiro; e a ampliação da operacionalidade do conceito – independentemente do juízo atual sobre esse tema –, que começa com uma manifestação particular – ademarismo –, até tornar-se elemento principal nas análises sobre o regime político brasileiro do período. Propomos que, antes do golpe militar, esse sentido se apresenta pela tentativa de dar uma explicação a uma das questões centrais da “crise do desenvolvimentismo” – por que o desenvolvimento industrial não foi acompanhado do desenvolvimento social? Como mostramos no capítulo anterior, essa seria uma das principais preocupações de Furtado no período, e grande motivação para sua análise do populismo. Tema que guarda intrínseca relação com a questão da democracia no ideário do autor.

Um ponto central na reflexão crítica de Furtado quanto às relações entre o desenvolvimento econômico e social brasileiro e à forma como operam as instituições políticas no país diz respeito à velocidade que se efetiva a mudança social em quadros subdesenvolvidos. Compreendemos grande parte da discussão em torno do custo social do desenvolvimento como uma manifestação contra o fato do desenvolvimento industrial não ter sido acompanhado de um equivalente desenvolvimento social. As explicações do autor para essa discrepância podem ser resumidas em dois pontos: a dualidade estrutural brasileira e o populismo; sendo que ambos os pontos conduzem à conclusão de que para dinamizar a mudança social no Brasil seria necessária a instauração da luta de classes como elemento catalisador do desenvolvimento econômico e social. Vamos analisar esses dois pontos que nos conduzirão à conclusão de que a efetivação do projeto de capitalismo democrático do autor se daria a partir de reformas políticas de ampliação da democracia brasileira.

A reflexão sobre a dualidade da estrutura econômica e social brasileira na obra de Furtado guarda forte semelhança com a interpretação do ISEB e do PCB desse fenômeno. Vamos apresentá-la brevemente, dando ênfase para a conclusão do autor quanto suas implicações enquanto “força inibitória” da luta de classes. E

se por um lado, assim como no “desenvolvimentismo original”, o autor atribui ao dualismo grande responsabilidade no atraso do desenvolvimento social, vamos afirmar que Furtado apresenta uma reflexão pouquíssimo estudada sobre o populismo no Brasil, e suas consequências no plano político e social do país, enquanto outro elemento que determina esse atraso.

Mesmo sendo muito pouco estudada, a interpretação de Furtado quanto à manifestação do populismo na política brasileira apresenta elementos interessantes para compreendermos a mobilização de conceitos centrais no debate sobre o ideário político nacional-desenvolvimentista nesse momento de crise. Comportando argumentos presentes na análise do fenômeno pelos autores apresentados anteriormente – como seu aspecto transitório decorrente de um período de rápida modernização –, e conduzindo a análise por caminhos até então pouco trabalhados – como os mecanismos da manipulação populista e a relação entre Estado e classes trabalhadoras –, Furtado elabora uma crítica ao regime político brasileiro, para propor uma solução reformista visando o desenvolvimento da consciência e a defesa da autonomia das classes trabalhadoras.

O fenômeno do subdesenvolvimento é caracterizado pelo autor, não pelo fato de um país contar com uma economia predominantemente agrária – “economia atrasada” –, mas pela ocorrência do “dualismo estrutural”. Esse dualismo ocorreria quando fatores históricos propiciam a introdução de elementos da economia capitalista em uma economia atrasada, gerando desequilíbrios estruturais com reflexos em toda a estrutura social. Formulação que já está presente em Prebich, e é incorporada por membros do ISEB, como indicado no capítulo anterior.

Nos países que contam com uma estrutura social subdesenvolvida, a divisão social do trabalho e a apropriação privada dos bens de produção teria como consequência uma grande diferenciação de classes. Sendo a economia desses países voltada, em sua grande maioria, para a exportação de produtos agrícolas, a sua constituição social seria marcada por uma grande classe trabalhadora composta primordialmente por camponeses, em oposição a uma minoria de latifundiários e comerciantes. Apesar da grande diferenciação social, essa formação pouco contribuiria para o desenvolvimento de uma consciência de classe dos trabalhadores. Nesses casos, a responsabilidade pelos altos e baixos nos

rendimentos dos trabalhadores agrícolas seria atribuída às condições que escapam da relação de classes – como o clima e as condições do cultivo, por exemplo -, e a introdução do regime assalariado no campo, em geral, seria percebida pelos trabalhadores como uma forma de ascensão social, enquanto o artesão urbano sentiria que descidia em suas condições ao se proletarizar. Essas condições típicas das “economias atrasadas” - importância da terra como fator de produção e ausência da luta de classes nas áreas rurais -, que continuam se manifestando nos países subdesenvolvidos mesmo com a urbanização e industrialização, fizeram com que a classe latifundiária no Brasil contasse historicamente com grande poder político. Como o desenvolvimento capitalista nas economias subdesenvolvidas estabeleceu-se sem conflitar diretamente com a economia e as instituições preexistentes - pelo contrário, esse se propaga em conformidade com os arranjos de poder vigentes -, mesmo com a urbanização e expansão industrial, o Estado não se configura como defensor dos interesses da nova classe dirigente ascendente, mas seu controle passa a ser um elemento de disputa entre classes dirigentes diversas, configurando uma crise de hegemonia – elemento presente em diferentes das análises sobre o populismo no Brasil.

Por conta dessa particular convergência de fatores - representada pelo dualismo estrutural dos países subdesenvolvidos - a classe capitalista brasileira contaria com uma situação especialmente privilegiada perante os trabalhadores industriais. Por um lado, dispõe de um grande excedente de mão de obra provindo dos setores agrícolas e áreas rurais, e por outro, conta com a tecnologia “obtida por empréstimo”¹⁴⁴, o que também diminui sua dependência de trabalhadores e a força da pressão organizada desses:

“Com efeito, a existência de um grande reservatório de mão-de-obra à disposição dos capitalistas constitui uma força inibitória de todo o processo da luta de classes. Desta forma o setor capitalista das economias subdesenvolvidas apresenta-se, via de regra, com pouco dinamismo, acostumando-se a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes. A este fato se deve que, em muitas economias subdesenvolvidas, o setor capitalista se mantenha praticamente estacionário, alcançando aquela mesma paz social que caracteriza a velha agricultura feudal, sinônimo de estagnação e por alguém já qualificada de ‘paz nos túmulos’. Um bom exemplo dessa situação era o parque têxtil nordestino, criado a fins do

¹⁴⁴ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 31.

século passado, que em nada se diferenciava da indústria açucareira, pelos métodos paternalistas que usava.”¹⁴⁵

Para além do argumento explícito, no sentido da convergência de fatores que inibem a luta de classes tanto na agricultura quanto na economia industrial, está contido nesse raciocínio um elemento que ajuda a corroborar nosso argumento no sentido da mudança conceitual proposta pela interpretação do autor quanto ao conceito de democracia. Nota-se que Furtado relaciona o conceito de “paz social” à “velha agricultura feudal” e à estagnação. Pablo Oliveira de Mattos, na dissertação “Para Aonde Vamos? Crise e Democracia no Governo João Goulart” analisa editoriais jornalísticos e demonstra que na década de 1950 e 60 o conceito de democracia era disputado por grupos com diferentes interesses que lhe atribuíam interpretações diversas. Mobilizado por setores conservadores, o conceito era associado a estruturas harmônicas, de concórdia, de paz social, fundamentalmente, à democracia representativa, que era caracterizada pelos intelectuais desenvolvimentistas como “formal”, associada ao “imobilismo” e à “supremacia das elites tradicionais”.

“O idioma político dos jornais analisados ao longo do governo de João Goulart esteve relacionado à defesa da democracia representativa contra a “agitação”. Para os grupos conservadores que se pronunciavam neste idioma a democracia seria, antes de um regime político, um valor moral. Há um constante diálogo entre o conceito de democracia e o mito de unidade. Há também uma correspondência aos conceitos de harmonia, concórdia, paz social e tranqüilidade; todos indicadores e fatores de uma cultura política autoritária, de baixa politização e apartidária que deveria, também, basear-se na tradição cristã do povo brasileiro e na representação via Congresso.”¹⁴⁶

Já os grupos que defendiam as reformas de base, ainda que operando dentro de uma concepção representativa de democracia, valorizavam a ideia da soberania popular, aumento da participação política, sindical e das organizações da sociedade civil:

“Em meio a um contexto lingüístico marcado pela valorização da representação democrática ao invés da ação direta, João Goulart pregava e defendia, além da representação, a participação política na consecução dos objetivos econômicos. Buscava legitimar a estratégia política de sua base eleitoral: sindicatos,

¹⁴⁵ Ibid. p. 82.

¹⁴⁶ MATTOS, Pablo. **Para aonde Vamos?** Crise e democracia no governo João Goulart. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura (PUC-Rio), 2010. p. 156.

estudantes, militares de baixa patente, grupos que buscavam maior participação nos rumos da política nacional.”¹⁴⁷

A associação feita por Furtado entre “paz social” e a ausência de consciência e de luta de classes – e conseqüentemente à estagnação, pois essa não contribui para a superação de estruturas “anacrônicas” - é mais uma evidência que explana a conexão da democracia com o conflito social sob uma perspectiva positiva.

Voltando à discussão sobre as relações entre as classes dominantes, o autor as classifica da seguinte maneira:

“As classes dirigentes em um país de economia subdesenvolvida tende a diferenciar-se em três setores principais: o primitivo núcleo latifundiário, o grupo controlador dos interesses ligados ao comércio exterior (sempre com amplas vinculações forâneas), e o grupo capitalista basicamente apoiado no mercado interno. O primeiro grupo se apresenta, em geral, como livre-cambista e antiestatizante, isto é, contrário a toda modificação no *status quo*, a qual se imagina teria que vir por via de ação estatal. O segundo grupo também é livre-cambista, mas o seu liberalismo já está marcado de qualificações, pois esse grupo cedo aprende a utilizar a máquina do Estado para defender os seus negócios externos. O terceiro grupo é protecionista e, sob muitos aspectos, estatizante, procurando utilizar a máquina estatal, através do crédito, do câmbio e de outros meios, para transferir recursos em benefício próprio.”¹⁴⁸

Portanto, nos países subdesenvolvidos, as classes dirigentes apresentar-se-iam, em grande medida, sob grupos de interesses antagônicos. Furtado argumenta que esse arranjo não é muito diferente da estrutura clássica da implantação do capitalismo industrial europeu, na qual se opunham aristocracia rural, grande burguesia financeira e grande burguesia industrial. Porém, a diferença essencial, reforçada pelo autor no caso subdesenvolvido, é a ausência da “autêntica luta de classes – entre assalariados e capitalistas”. Essa ausência geraria uma série de conseqüências nas estruturas políticas do regime, impedindo o desenvolvimento social:

“Entretanto, enquanto na Europa do século XIX a autêntica luta de classes – entre assalariados e capitalistas – ia crescendo em importância e condicionando todo o processo social, nas estruturas subdesenvolvidas já não ocorre o mesmo. Na ausência de um autêntico desafio dentro da própria estrutura subdesenvolvida os

¹⁴⁷ Ibid. p. 86.

¹⁴⁸ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 83.

grupos dominantes permanecem incapacitados para solucionar suas contradições internas, o que repercute de forma adversa no desenvolvimento social.”¹⁴⁹

Sua interpretação do desenvolvimento social do Brasil é profundamente marcada pelo argumento da ausência da luta de classes. Argumento esse que, como vimos no capítulo anterior, também era corrente nas análises dos intelectuais desenvolvimentistas. Porém, além da tese segundo a qual essa configuração – de paz social – era fruto do dualismo da estrutura econômica brasileira, o argumento do autor irá contemplar também uma crítica ao regime político brasileiro sob o prisma do populismo. Se, em sua leitura, a luta de classes é inibida por um “grande reservatório de mão-de-obra” - caracterizando a tese dualista desenvolvimentista - a superação desse quadro não se daria somente pela consecução do desenvolvimento industrial. Seria, sim, necessário que a classe capitalista adquirisse a consciência da oposição de seus interesses perante os grupos tradicionais. Mas essa tomada de consciência dependeria de um “autêntico desafio”, representado pela luta de classes. Em vez de protelar a necessidade do conflito social entre a classe trabalhadora e as classes dominantes – em defesa de um “interesse situacional” -, Furtado defende que a instauração da “autêntica luta de classes” dependeria da formação da consciência das classes trabalhadoras, que, por sua vez, seria inibida por instrumentos de manipulação populista ligados ao regime político. Nesse sentido, a velocidade da mudança social no Brasil seria determinada, em grande medida, pelas instituições do regime populista. Como o desenvolvimento econômico dependeria também da distribuição, ao tutelar o povo cotejando benesses, o populismo seria um instrumento que conjugaria o desenvolvimento com a manutenção do *status quo*.

A interpretação de Furtado do populismo parte da análise dos mecanismos de manipulação abrigados no Estado quando, a partir da Primeira Guerra Mundial, cresce a necessidade da adoção pelos países capitalistas de um sistema de “economia mista”. Esse sistema é caracterizado pela atuação do Estado como regulador da economia - controlando setores da produção e condicionando indiretamente investimentos privados - para manter a estabilidade de condições de desenvolvimento. Esse novo papel teria como consequência o crescimento de uma máquina burocrática no interior do Estado – fato que se deu tanto nos países

¹⁴⁹ Ibid. p. 84.

capitalistas centrais como periféricos, tendo particularidades no último caso que nos interessa analisar.

No caso dos países subdesenvolvidos, o crescimento dessa máquina burocrática ocorre quando o controle do governo ainda se encontrava, predominantemente, nas mãos de minorias que compunham as classes dirigentes. Isso fez com que o Estado viesse a se tornar um importante elemento de garantia da manutenção do *status quo* sob o signo de um “novo poder”, o “Poder Administrativo”. A máquina estatal passou a controlar o comportamento de órgãos políticos ligados à economia, de maneira que “reduziu-se a eficácia política do sistema representativo de governo, mesmo muito antes que o progresso na representatividade houvesse permitido a plena democratização das bases do poder político.”¹⁵⁰ Antes do surgimento desse poder, evidentemente, as classes dirigentes já influenciavam nas decisões políticas que conformavam a economia. Porém, esse controle, a partir da égide do poder administrativo, ganharia uma nova legitimidade.

Furtado ressalta que esse processo de burocratização não foi um retrocesso das instituições políticas. Seu caráter conservador - amparado por regras impessoais em vez de relações familiares e pessoais - , fez com que ele viesse a atuar como inibidor das “incursões de arbitrariedade dos governantes”, protegendo as conquistas sociais obtidas pela cidadania. Porém, em última instância, a burocratização e massificação significaram a incorporação dos privilégios das classes dirigentes como prioridades incontestes nas escalas de valores sociais.

“Em síntese, a fase de avanço na democratização, característica da época de domínio dos órgãos representativos dentro do governo, foi substituída por outra de massificação, em que as disputas políticas se restringem a questões secundárias e as decisões fundamentais são tomadas no plano administrativo.”¹⁵¹

O que leva o autor a indagar:

“como evitar que a burocratização e massificação se antecipem e frustrem o processo de efetiva democratização? Em outras palavras: com dar uma plena eficácia representativa ao Governo antes que a classe dirigente atual proteja sua

¹⁵⁰ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p.76.

¹⁵¹ Ibid. p. 76.

constelação de privilégios com a muralha intransponível do poder administrativo e reduza o processo político a um simples jôgo formal?”¹⁵²

A questão acima evidencia uma crítica do autor a uma concepção formal da democracia – alvo da crítica de grande parte da intelectualidade de esquerda no período -, que atuaria meramente como instrumento de defesa dos interesses das classes dominantes, sendo os dispositivos de participação relegados em sua influência à mera esfera das formalidades. Esse “jogo formal” seria o responsável pelo descrédito das instituições democráticas enquanto instrumento de mudança social nos países subdesenvolvidos, e, conseqüentemente, pelo apelo com que contavam as técnicas revolucionárias de inspiração marxista-leninistas. Entretanto, a resposta proposta pelo autor a esse problema irá indicar para a necessidade de reformas institucionais que viabilizassem a constituição de uma “democracia autêntica”, que teria a luta de classes como elemento dinâmico, gerador do desenvolvimento social, para a superação do subdesenvolvimento. Sua argumentação se dará na defesa da necessidade de se compreender melhor a relação entre as classes sociais no regime político brasileiro, considerando-se a condição de país subdesenvolvido.

A competição interna entre as classe dirigentes – que disputam pelo domínio do poder político, mas não rompem o pacto de dominação -, somada aos instrumentos estabelecidos com o “poder administrativo”, tem como consequência a extraordinária importância que ganha o controle da máquina do Estado na economias subdesenvolvidas. O controle do poder político, portanto, determinaria os lucros de cada grupo em decorrência dos outros. Essa concorrência entre diversos interesses faz com que a classe dirigente esteja “incapacitada para formular um projeto nacional”, sendo mais importante para suas facções em disputa controlar o poder político e os mecanismos do poder administrativo, do que implantar medidas para a superação dos privilégios antissociais que entorpeceriam o desenvolvimento.

Uma das ferramentas do poder administrativo, que inibiria a luta de classes deturpando as instituições democráticas do regime político brasileiro, seria a maneira como são utilizados os mecanismos de controle da inflação:

¹⁵² Ibid. p. 77.

“Em muitos países subdesenvolvidos – o Brasil é um bom exemplo – um prolongado processo inflacionário contribuiu para desnaturar as características originais das lutas de classes. Com efeito, em situação inflacionária, as elevações de salários podem interessar tanto aos patrões como aos empregados, pois se admite que quem pagará, em última instância, será o consumidor. Até que ponto o consumidor pagará ou não, é uma decisão que fica em mãos do Estado, cujo poder é assim enormemente aumentado. Desta forma, muito mais importante do que lutar contra trabalhadores em greve é ter o controle dos instrumentos do poder político, pois é daí que se decide quem pagará efetivamente a conta.”¹⁵³

Diferentemente do que propõem os autores que denotam um viés autoritário na concepção de Furtado da atuação do Estado, vemos que ele critica o exacerbado crescimento do poder político atrelado ao controle do poder administrativo do Estado enquanto instrumento de dominação.

As classes dirigentes teriam interesses antagônicos entre elas, porém, diante da ausência de pressão das classes assalariadas, a classe capitalista não se dava conta de que os interesses dos outros estratos da classe dominante atuavam de forma antissocial e freavam o desenvolvimento. Sendo mais fácil manter um pacto de dominação do que romper com esses estratos, as práticas populistas serviam como instrumento que permitia a perpetuação desse quadro. O poder político seria disputado entre as classes dirigentes, que utilizam-no para manipular as massas em seu próprio benefício, sob a forma do “populismo”.

“O processo político em um país subdesenvolvido com as características indicadas tende a apresentar-se sob forma de uma permanente luta pelo poder, entre os grupos que compõem a classe dominante, em razão da extraordinária importância que tem o controle da máquina estatal. Inexistindo um processo endógeno no sistema capaz de provocar a formação da consciência de classe da massa trabalhadora industrial, este grupo permanece tão disponível quanto os assalariados de classe média para serem trabalhados por ideologias da classe dominante, a serviço de suas facções internas em luta. Tais ideologias, [são] conhecidas sob a forma genérica de populismo [...]”¹⁵⁴

A falta de consciência das classes assalariadas, na concepção defendida por Furtado, não seria decorrência, somente, do fato dessas massas terem vindo das áreas rurais – teorias da modernização ou do dualismo estrutural – como para os desenvolvimentistas -, mas da “manipulação” pelos políticos populistas que as impediam de conceber seus interesses próprios. Como em Marx, Furtado argumenta que a consciência de classes seria adquirida a partir da própria

¹⁵³ Ibid. p. 85.

¹⁵⁴ Ibid. p. 86.

experiência da luta de classes. Sem interesses próprios não haveria luta.¹⁵⁵ A situação privilegiada da classe capitalista brasileira - que contava com um grande excedente de mão de obra disponível e tecnologia obtida por empréstimo - e os mecanismos populistas do “poder administrativo” inibem o desenvolvimento da consciência das classes trabalhadoras e as sujeitam à manipulação. Quando não está estabelecida a lógica do conflito social, a política de concessão de benefícios sociais como favores ou outorga do Estado - que pode, inclusive, retirar esses mesmos benefícios por meio do controle da inflação -, incapacita as classes trabalhadoras de delimitar seus interesses próprios, denotando um avanço na discussão que irá nortear a reflexão do pensamento social brasileiro após o golpe militar - a relação entre Estado e classes trabalhadoras.

“Na política populista o povo - classe assalariada e outras de pequenas rendas - é sempre utilizado como massa de manobras, para assustar os adversários e permitir a tomada de posições-chaves. Contudo, as vitórias ocasionais são conseguidas à custa de favores concedidos a uns grupos e de promessas feitos a outros. A inflação, permitindo dar favores com uma mão e retirá-los com a outra, abre enormes possibilidades à ação populista. A consequência mais grave do populismo, do ponto de vista do desenvolvimento social, reside no fato de que desorienta os trabalhadores, incapacitando-os para distinguir os seus próprios interesses.”¹⁵⁶

O fato de não ter havido uma revolução clássica no Brasil, que levasse a classe capitalista a extirpar uma série de privilégios relacionados ao modelo econômico anterior, levou a uma situação de crise de hegemonia na qual nenhuma das classes dirigentes teria força para conseguir emplacar um projeto de desenvolvimento. Isso fez com que a disputa pelo poder político entre as classes dirigentes dependesse da mobilização de “massas de manobras” como forma de pressão de um grupo dirigente sobre outro. Essa crise de hegemonia seria uma condição para o populismo, impedindo o surgimento da autêntica luta de classes - entre as classes trabalhadoras e as classes dirigentes -, e, como “consequência mais grave”, a “autodeterminação política” dos interesses das classes trabalhadoras.

¹⁵⁵ “Em razão da ausência de autênticas lutas de classes, no sentido estrito que caracteriza a economia capitalista, o processo de formação de consciência de classe entre os trabalhadores tende a ser extremamente lento. Ora, é através desse processo de tomada de consciência de classe que se forma a ideologia própria da classe trabalhadora [...]” Ibid. p. 85.

¹⁵⁶ Ibid. p. 86.

Outro aspecto do discurso de Furtado que nos interessa reforçar diz respeito à sua crítica à classe capitalista industrial. Concordamos que, certamente, o autor defende um projeto de desenvolvimento calcado no capitalismo industrial. Esse fator, leva à suposição de que, dentre as classes dirigentes, a burguesia industrial seria – teoricamente - a mais afinada com o projeto de desenvolvimento proposto pelo autor. A aproximação entre os interesses dessa e o desenvolvimento nacional não diriam respeito ao fato de ela ser uma “classe progressista” ou apta para conduzir o desenvolvimento brasileiro. Mas, sim, ao fato de, a princípio, seus interesses estarem atrelados ao fortalecimento do mercado interno, e às políticas de proteção ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Porém, Furtado, especialmente em seus textos de 1964, demonstra-se frustrado com a forma como teria se dado a associação da burguesia industrial com o capital estrangeiro, denotando o afastamento do interesses das empresas dirigidas por essa classe do interesse nacional:

“A nova classe capitalista industrial, sem experiência e carente de maior profundidade de visão, encontrou, via de regra, em concessões a grupos externos a linha de menor resistência para a solução de seus problemas ocasionais. Do ponto de vista dos interesses da empresa essa foi muitas vezes a atitude mais racional. Mas, do ponto de vista nacional, a acumulação dessas decisões individuais teria repercussões que só a mais longo prazo seriam percebidas. Assim, criou-se uma economia industrial de elevados e crescentes insumos de divisas, em contradição com as possibilidades presentes e previsíveis da capacidade para importar, e totalmente orientada para padrões de consumo que não correspondem ao grau de desenvolvimento do país. Dada a forma como atuaram os grupos estrangeiros, mesmo aqueles setores em que a contribuição da técnica alienígena era totalmente prescindível ou de total superfluidade para o bem-estar social, tenderam a elevar os insumos operacionais de divisas. Como a inflação permitia que os grupos estrangeiros se apropriassem de parcela significativa da poupança nacional a taxas negativas de juros, e a política cambial bonificava as empresas estrangeiras permitindo-lhes que reintroduzissem no país a uma taxa favorecida os lucros que aqui auferiam e remetia para o exterior, houve um amplo processo de desnacionalização da economia, o qual levaria inexoravelmente ao estrangulamento externo, independentemente da ação de outros fatores.”¹⁵⁷

Bem diferente da maneira como a classe capitalista industrial era vista pelos intelectuais do ISEB – moderna, progressista, burguesia nacionalista - a forma como havia se estabelecido os laços entre ela e o capital internacional – e assim como Jaguaribe, Furtado não era contra essa associação, caso esta fosse regulada por critérios subordinados ao desenvolvimento nacional – pode ter sido

¹⁵⁷ Ibid. p. 137.

um fator que fez Furtado direcionar seu projeto para o debate sobre a democracia e a participação popular. “Sem experiência” e “profundidade de visão” a classe capitalista industrial teria se mostrado incapaz de “superar as limitações naturais de seu horizonte ideológico”:

“Criou-se, assim, uma contradição entre os interesses mais amplos do desenvolvimento nacional e os interesses particulares das milhares de empresas controladas por grupos estrangeiros que operam com custo em divisas de tipo mais ou menos irremovível. A classe capitalista industrial, amplamente associada a grupos externos nos quais encontrou sempre uma chave para solucionar problemas ocasionais, não está capacitada para captar a natureza e a profundidade do problema. Ainda é corrente supor-se que este poderá ser solucionado ‘recuperando a confiança externa’ e atraindo novos capitais alienígenas, como se a contradição não tendesse necessariamente a agravar-se uma vez que se repita no futuro o que se fez no passado.”¹⁵⁸

Tendo em vista essa situação particular de desenvolvimento do capitalismo, na qual: as classes dirigentes não se mostravam aptas para superação da crise política/econômica enfrentada; e a ausência da luta de classes como elemento dinâmico para o desenvolvimento; concordamos parcialmente com Vieira, quando a autora propõe:

“Celso Furtado, ao sinalizar a especificidade histórica do subdesenvolvimento e a trajetória peculiar do Brasil, no contexto capitalista periférico, deduz um arranjo singular no ordenamento político-social brasileiro – a inexistência das lutas de classe nos moldes dos países centrais, a impossibilidade histórica da burguesia nacional liderar o processo de desenvolvimento, a desarticulação das massas trabalhadoras, incapazes de impulsionar o desenvolvimento social pela via da pressão organizada -, que inviabiliza o pleno funcionamento das clássicas firmas políticas de organização nos moldes do capitalismo central, ou seja, parlamento, sindicato e partidos políticos. Neste vácuo, Furtado propõe o Estado (o Executivo) e a *intelligentsia*, nele incrustada, como “demiurgos” do desenvolvimento: forças capazes de traduzir as aspirações nacionais em um projeto de desenvolvimento de capitalismo autônomo.”¹⁵⁹

Nossa interpretação só se harmoniza parcialmente à da autora, pois concordamos com a interpretação do quadro esboçado, mas não com sua visão da proposta do autor diante dele. Compreendemos que, na proposta de Furtado, o Estado e a *intelligentsia* interviriam em ações pontuais para a superação do momento de crise pré-revolucionária no sentido da elaboração de “um novo projeto nacional” implantado a partir em reformas políticas. Falamos em ações

¹⁵⁸ Ibid. p. 138.

¹⁵⁹ VIEIRA, R. M. Op. Cit. p. 116.

pontuais, pois, segundo nossa leitura, a intervenção do Estado por meio do Executivo e da atuação dos intelectuais se daria na direção da elaboração e implementação de mudanças institucionais. Essas mudanças, por sua vez, possibilitariam a superação dos obstáculos estruturais que impediam as classes trabalhadoras de assumir o papel de protagonistas no processo do desenvolvimento social:

“Convém indicar, por último, que a configuração de uma situação pré-revolucionária não deve ser apreciada dentro de uma esfera de juízos de valor convencionais. Em si ela significa que a sociedade vem atravessando vigoroso processo de desenvolvimento e que as forças que se opõem a êsse desenvolvimento foram postas em xeque. Os obstáculos ao desenvolvimento não surgem em dado momento, criando-se *ex abrupto* a situação pré-revolucionária. Eles existem permanentemente e, vez por outra, prevalecem sôbre os fatores dinâmicos causando a estagnação. As tensões constituem uma indicação de que a estagnação não é aceita como resultado final, isto é, que o desenvolvimento se transformou num imperativo social. Tampouco caberia admitir que tal situação conduz necessariamente a um processo revolucionário aberto. Provocando uma nítida consciência das raízes da crise por parte de amplos grupos da população, ela faz surgir um novo projeto nacional em antítese ao grupo que se encontra no poder. O impacto na opinião pública pode ganhar grande profundidade, surgindo condições propícias à divisão das classes dirigentes. Dessa divisão pode resultar o abandono de posições antes defendidas a todo transe, abrindo-se um processo circular cumulativo pelo qual umas reformas criam a necessidade de outras. Entre essa saída reformista, de menor custo social, e a revolucionária, de consequências imprevisíveis, existe entretanto a mesma possibilidade de exclusão mútua que entre a lucidez das classes dirigentes para captar os autênticos interesses sociais e seu entranhado apêgo aos privilégios de que desfrutam.”¹⁶⁰

A situação pré-revolucionária havia exposto o antagonismo existente entre “amplos grupos da população” e o “grupo que se encontra no poder”. E é justamente nessa situação de crise que a institucionalização do conflito social poderia levar à “divisão das classes dirigentes” e ao estabelecimento de um processo cumulativo, como propunha Myrdal, concebido como “uma política de reforma social ininterrupta”¹⁶¹. Portanto a medida mais urgente para a superação da crise seria a realização de reformas no sentido da democratização da democracia brasileira. A ideia do “interesse social”, acima das classes sociais, não mais estaria atrelada somente a medidas econômicas para garantir o desenvolvimento industrial e crescimento econômico – como no caso do

¹⁶⁰ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 141.

¹⁶¹ MYRDAL, GUNNAR. Op. Cit. p. 80.

“desenvolvimentismo original” -, já que desfazia-se a ideia de correlação automática entre esse e o desenvolvimento social.

Não estamos afirmando que o conceito de desenvolvimento econômico perdera sua centralidade nessas obras de Furtado. Certamente que não. O conceito de desenvolvimento econômico é talvez o conceito mais importante na teoria desenvolvimentista de Furtado. Pressupõe não somente crescimento econômico, mas, em grande medida, distribuição de renda e partilha do excedente da produção no sentido da melhoria das condições de vida da coletividade. O fato de termos mobilizado tão pouco esse conceito - a despeito de sua grande importância - diz respeito, justamente, à sua dependência, tanto ao desenvolvimento da estrutura produtiva, quanto ao estabelecimento de uma estrutura político social avançada. O segundo fator ainda não haveria se efetivado satisfatoriamente no Brasil sendo subordinado à modernização das instituições políticas e sociais – o que remete à discussão sobre a democracia, objeto de nossa análise:

“O conceito mais importante com o qual Furtado opera é, sem dúvida, o de desenvolvimento econômico. Este significa mais do que o simples crescimento econômico ou a acumulação de capital porque, além de representar o incremento da capacidade produtiva, implica também a irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade. Assim, por exemplo, a grande acumulação de capital que se verifica na primeira fase de expansão do capitalismo não seria, a rigor, qualificada por Furtado como desenvolvimento econômico, uma vez que os incrementos de produtividade se concentram nas mãos dos capitalistas. Em contrapartida, quando a correlação de forças pende a favor do trabalhadores (após a absorção do excesso de força de trabalho), aí sim verificar-se-ia o desenvolvimento econômico, porque o grosso da população passaria a se beneficiar dos frutos da produtividade. Note-se, então, que o desenvolvimento econômico refere-se ao capitalismo dos EUA e, mais precisamente ao dos países mais avançados da Europa, onde vigora a democracia política.”¹⁶²

O desenvolvimento das forças produtivas era visto como um “imperativo” se comparado à estagnação - um interesse acima dos antagonismos de classes -, porém, só ele não bastaria. Para a manutenção do desenvolvimento econômico, fazia-se necessário desenvolver a estrutura social brasileira, para que as classes trabalhadoras pudessem exercer a pressão necessária para fazer atuar os mecanismos de autolimitação do capitalismo, em nome da distribuição do excedente da produção. A consecução do desenvolvimento social dependeria do estabelecimento de uma “democracia autêntica”, enquanto ordem social

¹⁶² MANTEGA, G. Op. Cit. p. 87.

competitiva. É esse raciocínio que leva Furtado a voltar suas críticas ao regime político brasileiro e suas instituições.

Portanto, apesar de Furtado manter-se no âmbito da defesa da revolução burguesa – no sentido do estabelecimento de uma hegemonia da classe capitalista perante as outras classes dirigentes -, assim como o desenvolvimento, essa hegemonia se efetivaria a partir da democratização da sociedade com a instituição da luta de classes - enquanto elemento que confere dinamismo para o desenvolvimento econômico e social -, quando a burguesia se tornaria apta para conceber as contradições de interesses no interior das classes dominantes. A revolução burguesa não mais se daria sob um projeto de “aliança de classes modernas” – como no ISEB e PCB -, mas partindo da crítica ao regime político populista, é proposto um programa reformista de caráter democrático para institucionalização do conflito social com a ampliação da participação das classes trabalhadoras, configurando a instauração de uma ordem conflitiva em vez de “um pacto de dominação social férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro”¹⁶³.

3.2.3 Democracia e reformas

“Esse programa não deve ser visto como uma indicação imprecisa de intenções, e sim, como um compromisso a ser cumprido nos primeiros seis meses de atividade do novo Parlamento. Nas organizações sindicais, estudantis, de classe em geral, ou simplesmente de estudos e pesquisas, devem instituir-se grupos de trabalho que contribuirão com subsídios para o debate desses problemas. O povo acompanhará de perto as atividades de seus representantes e saberá de onde vêm as resistências antepostas às reformas que assegurarão a sobrevivência das instituições democráticas. Aqueles que lutam pela manutenção das atuais estruturas de privilégio já não poderão mistificar o povo, confundindo sua causa com a da democracia.”¹⁶⁴

O último ponto de nosso capítulo pretende demonstrar que o projeto de Furtado para o estabelecimento de um capitalismo democrático é amparado pela defesa de reformas políticas de cunho democrático, que garantissem o estabelecimento da soberania popular dando voz às classes trabalhadoras.¹⁶⁵

¹⁶³ TAVARES, M. DA C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. IN: _____. (Org.) **Celso Furtado e o Brasil**. Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 137.

¹⁶⁴ FURTADO, C. “Projeto de ‘manifesto’ das forças progressistas” (1962). IN: _____. **A Fantasia Desfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 146.

¹⁶⁵ Certamente, o projeto reformista de Furtado ultrapassa muito a discussão proposta neste trabalho. Mesmo se pensarmos no campo da democratização das esferas da sociedade brasileira, as

Seguindo a concepção de que o “interesse social” da nação se aproxima dos interesses dessas classes, defendia-se a instituição de uma “efetiva democracia” pela incorporação do *demos* nas esferas de decisão por meio de uma reforma política:

“O Brasil da fase presente é, portanto, um país em transição. O seu sistema político, de democracia representativa, tem demonstrado um certo grau de flexibilidade. Contudo, essa flexibilidade tem sido utilizada ao máximo, no período recente, criando-se um clima de permanente *suspense* com respeito à capacidade do sistema político para suportar novas tensões. O maior obstáculo a uma transição gradual está em que a reforma mais urgentemente necessitada – aquela que daria maior capacidade de auto-adaptação ao sistema e facilitaria a introdução de outra – resulta se a de mais difícil realização: a reforma política, visando aumentar a representatividade dos órgãos que atuam em nome do povo. Uma vez que se alcance esse grau mais alto de efetiva democracia, as demais modificações do marco institucional poderão ser introduzidas sem maiores tensões para o sistema político.”¹⁶⁶

Frustrando qualquer possibilidade de interpretação de um caráter elitista do projeto de capitalismo democrático de Furtado, esse afirma – note-se o uso do singular para enfatizar - que “O objetivo político a alcançar nos países subdesenvolvidos” seria criar formas de incorporação dos trabalhadores “no processo de formação de poder”, sendo, inclusive, o desenvolvimento econômico dependente desse movimento:

“O objetivo político a alcançar nos países subdesenvolvidos – isto é, o objetivo cuja consecução assegurará um mais rápido desenvolvimento econômico em uma sociedade democrático pluralista – consiste em criar condições para que os assalariados urbanos e a massa camponesa tenham uma efetiva participação no processo de formação de poder. As atuais classes dirigentes, no caso brasileiro, não representam mais que uma parcela da população com atividade política. Em épocas passadas, essa parcela se confundia com a nação, na medida em que esta estava formada pela pequena minoria da população para quem a atividade política tinha qualquer significação, ou cujo comportamento podia ser de alguma

propostas do autor quanto à questão agrária e desigualdades regionais praticamente não foram abordadas em nome de um enfoque no debate sobre as instituições políticas do regime brasileiro. Neste item do capítulo daremos prosseguimento a esse mesmo recorte, destacando a importância atribuída pelo autor em uma reforma política que garanta a ampliação da participação popular como catalizadora do processo de desenvolvimento social. Para uma visão sintética sobre o programa reformista do autor, ver o “Manifesto das Forças Progressistas”, elaborado por ele em 1963 e publicado posteriormente em sua autobiografia “Fantasia Desfeita”. Nesse, o autor destaca 7 pontos como “programa mínimo” para as reformas: Reforma Agrária; Reforma Fiscal; Reforma Administrativa; Reforma Universitária; Reforma Eleitoral; e Estatuto Disciplinar do Capital Estrangeiro. FURTADO, C. “Projeto de ‘manifesto’ das forças progressistas” (1962). IN: _____. **A Fantasia Desfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp. 147-149.

¹⁶⁶ FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 111.

relevância para os destinos do país. Hoje em dia, o comportamento da massa trabalhadora urbana e rural é de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, o que significa que esse comportamento deve incorporar-se no processo político. Essa ampliação das bases políticas é essencial para que tome o seu rumo definitivo, com o custo mínimo para a coletividade, o processo de transformações sociais que já está em curso de realização. Não há nenhuma dúvida de que para nós se abriu uma época de revolução social. Resta saber se esse processo revolucionário se desenvolverá sob a forma de atividade prática crítica, ou como tragédia de um povo que não encontrou seu destino.”¹⁶⁷

A partir da crítica da atuação “populista”, Furtado irá defender a “autodeterminação política” dos trabalhadores em torno de seus objetivos próprios - inconciliáveis com os das classes dirigentes -, de maneira a fortalecer a sociedade civil e instrumentos de representação autônomos das classes trabalhadoras. O Estado e os intelectuais teriam um papel específico de intervenção em defesa das reformas institucionais, pois a modernização das estruturas sociais só se iniciaria de forma efetiva a partir de medidas de cunho político. Porém, a partir do estabelecimento de instituições democráticas, os grandes responsáveis pela constante atuação para a mudança social seriam as classes trabalhadoras:

“A consecução ou manutenção de um regime democrático aberto, em que as classes assalariadas podem organizar-se para lutar por objetivos próprios, deve ser considerada como condição necessária do desenvolvimento social em um país subdesenvolvido. É a partir desse ponto que se pode pensar em ação política para o desenvolvimento, pois o populismo somente poderá ser superado por movimentos surgidos dentro das classes assalariadas e conducentes à sua autodeterminação política. Com efeito, amadurecendo a consciência da classe trabalhadora e definindo-se com nitidez os seus reais objetivos, o populismo poderá, durante algum tempo, transformar-se em arma contra aqueles mesmos que o usam. As conquistas obtidas pela classe trabalhadora através do jogo do populismo, se legítimas e orientadas por uma estratégia de longo prazo, poderão forçar posições básicas das classes dirigentes e criar situações irreversíveis no sentido do desenvolvimento social. A experiência do Brasil, em repetidas oportunidades, tem sido ilustrativa a esse respeito. O congresso nacional, se bem que dominado pelos setores mais retrógrados das classes dirigentes, tem votado leis de profunda significação social – como foram, recentemente, o estatuto do trabalhador rural e a regulamentação da remessa de lucros para o exterior – sob a pressão de um jogo populista que o arrastou a momentos de pânico. Não resta dúvida que todas essas conquistas poderão ser ocasionalmente destruídas por um passo em falso, e esse passo pode ser facilitado pela indefinição das classes trabalhadoras com respeito a seus próprios objetivos, colocando-se incondicionalmente a reboque de lideranças populistas.”¹⁶⁸

¹⁶⁷ Ibid. p. 90.

¹⁶⁸ Ibid. pp. 88-89.

A defesa da luta por “objetivos próprios” e pela “autodeterminação política” das classes assalariadas como única forma de superação do populismo demonstra que Furtado se posiciona de maneira crítica à ideia da tutela dos trabalhadores pelo Estado e ao “estado de compromisso” populista que regulava a as relações entre as classes sociais. Em sua análise do populismo, a relação entre Estado e classes trabalhadoras não passa pela relação direta entre o político carismático e o povo, mas por mecanismos políticos de manipulação – como o poder administrativo - que impediriam a definição por parte dos trabalhadores de seus autênticos interesses. Assim, ele rompe com uma visão corporativista dessa relação, defendendo a autonomia dos trabalhadores perante um Estado que, em vários momentos, representaria os interesses das classes dominantes.

“Para existir como uma sociedade que apóia o seu desenvolvimento em antagonismos de classes, a democracia capitalista necessita de certa flexibilidade institucional. É da própria natureza dos antagonismos de classes que eles não possam ser superados dentro de um sistema político-jurídico rígido. Os conflitos entre indivíduos podem ser resolvidos dentro de um sistema de arbitragem estabelecido em lei, pois sempre existe um interesse público que paira sobre os indivíduos e o árbitro aceito do interesse público é o Estado. O mesmo, entretanto, não pode se dizer dos conflitos entre classes sociais, pois não seria fácil definir o interesse público sem de alguma forma definir independentemente os interesses das classes que formam a sociedade”¹⁶⁹

Se o Estado era passível de ser controlado pelas classes dominantes, a única forma de submetê-lo aos “interesses sociais” seria a partir da instauração de uma ordem institucional que legitimasse a luta de classes como forma de controle popular.

Ao conduzir o discurso sobre o desenvolvimento nacional para uma crítica às instituições políticas do regime brasileiro, a partir de uma concepção de democracia fundada na luta de classes e na soberania popular, as propostas de Furtado evidenciam uma mudança em importantes aspectos do ideário político nacional-desenvolvimentista, que, até então, operava a partir de paradigmas que propunham a formulação de pactos.

Assim está disposta a grande importância e o significado da democracia no “projeto de capitalismo democrático” de Celso Furtado, enquanto propostas de reformulação dos paradigmas da intelectualidade brasileira quanto a relação entre

¹⁶⁹ Ibid. p. 68.

as classes sociais e entre a sociedade civil e o Estado. Esta se dá pela valorização do plano societário como instância privilegiada para a efetivação do desenvolvimento econômico e social, e a renovação das instituições anacrônicas do regime político brasileiro.